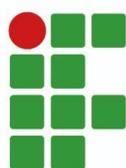


RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO

ANO DE REFERÊNCIA: 2019



INSTITUTO FEDERAL
Goiás

Câmpus
Inhumas



**Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás**

**Relatório Parcial de Autoavaliação Institucional
Ano Referência- 2019
Câmpus Inhumas**

Inhumas, novembro de 2020.



Reitoria do IFG
Reitor
Jerônimo Rodrigues da Silva

Diretoria Executiva
Adriana dos Reis Ferreira

Pró-Reitoria de Administração
José Carlos Barros Silva

Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional
Amaury França Araújo

Pró-Reitoria de Ensino
Oneida Cristina Gomes Barcelos Irigon

Pró-Reitoria de Extensão
Daniel Silva Barbosa

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Paulo Francinete Silva Júnior

Diretores Gerais dos Câmpus

Câmpus Águas Lindas

Tiago Gomes de Araújo

Câmpus Anápolis

Elza Gabriela Godinho Miranda

Câmpus Aparecida de Goiânia

Ana Lucia Siqueira de Oliveira

Câmpus Cidade de Goiás

Sandro Ramos de Lima

Câmpus Formosa

Thiago Gonçalves Dias

Câmpus Goiânia

Maria de Lourdes Magalhães

Câmpus Goiânia Oeste

Cleberon Pereira Arruda

Câmpus Inhumas

Luciano dos Santos

Câmpus Itumbiara

Aline Silva Barroso

Câmpus Jataí

Mara Rúbia de Souza Rodrigues Morais

Câmpus Luziânia

Reinaldo de Lima Reis Júnior

Câmpus Senador Canedo

Maria Betânia Gondim da Costa

Câmpus Uruaçu

Andreia Alves do Prado

Câmpus Valparaíso

Reginaldo Dias dos Santos



Equipe Comissão Central da CPA 2017/2020

Portaria nº 1019 de 26/04/2018 - Atualizada 2453 de 16/10/2018 e 116 de 21/01/2020

Darlene Ana de Paula Vieira
Representante Docente
Presidente

Priscila Branquinho Xavier
Representante Docente

Ana Paula Araújo Martins
Representante Técnico-Administrativa

Ivaine Maria da Silva Melo
Representante Discente

Gustavo Henrique Garcez Andrade
Representante Discente

Liana Jayme Borges
Representante indicada pela Universidade Federal de Goiás

Antoniel Aniceto de Oliveira
Representante indicado pelo IFGoiano



Equipe da CPA do Câmpus Inhumas
Portaria nº 1879/2016

Samuel Machado Moreira
Representante Técnico-Administrativo
Presidente

Fernanda Guirra Martins
Representante Técnica-Administrativa

Maria Angélica Peixoto
Representante Docente

Sélvia Carneiro de Lima
Representante Docente

Andreia de Oliveira Corrêa
Representante Discente

Karina Pifardini Simões
Representante Discente

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEFET-GO – Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás

CIS – Comissão Interna de Supervisão

CONAES – Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior

CONSUP – Conselho Superior

CPA – Comissão Própria de Avaliação

CPC – Conceito Preliminar de Curso

CPPD – Comissão Permanente de Pessoal Docente

DAES – Diretoria de Avaliação da Educação Superior

EJA – Educação de Jovens e Adultos

ENADE – Exame Nacional de Desempenho de Estudantes

FIC – Formação Inicial e Continuada

IES – Instituições de Educação Superior

IFG – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

IGC – Índice Geral dos Cursos

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

MEC – Ministério da Educação

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

SLAs – Subcomissões Locais de Avaliação

TAE – Técnico/a Administrativo/a

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Conhecimento do PDI 2019-2023	36
Gráfico 2 - Conhecimento da Missão	38
Gráfico 3 - Desenvolvimento de ações voltadas à preservação do meio ambiente	40
Gráfico 4 - Respeito pelas diferenças	42
Gráfico 5 - Política de inclusão	44
Gráfico 6 - Incentivo/promoção ao desenvolvimento científico e tecnológico	46
Gráfico 7 - Política de Gestão de Pessoas	51
Gráfico 8 - Atuação da CPPD	53
Gráfico 9 - Política de capacitação de TAE	54
Gráfico 10 - Atuação da CIS	55
Gráfico 11 - Garantia da participação democrática na tomada de decisões	56
Gráfico 12 - - Infraestrutura da biblioteca.....	61
Gráfico 13 - Acervo da biblioteca (Estudantes).....	63
Gráfico 14 - Acervo da biblioteca (Docentes)	64
Gráfico 15 - Condições das salas de aula	65
Gráfico 16 - Condições dos laboratórios.....	67
Gráfico 17 - Condições de acessibilidade.....	69
Gráfico 18 - Áreas de convivência para estudantes	71
Gráfico 19 - Áreas de convivência para servidores	72

Lista de Quadros

Quadro 1 - Cursos regulares e números de estudantes	14
Quadro 2 - Cursos FIC oferecidos em 2019/2020	15
Quadro 3 - Avaliações do Ensino Superior	17
Quadro 4 - Eixos e Dimensões da Avaliação Institucional.....	18
Quadro 5 - Avaliação dos cursos oferecidos pelo Câmpus	20
Quadro 6 - Composição da CPA Central.....	22
Quadro 7 - Composição da CPA do Câmpus Inhumas	24
Quadro 8 - Número de participantes por segmento.....	28
Quadro 9 - População e amostra de participantes.....	31
Quadro 10 - Critérios de análise e indicadores.....	34
Quadro 11 - Conhecimento do PDI 2019-2023.....	36
Quadro 12 - Conhecimento da Missão	38
Quadro 13 - Desenvolvimento de ações voltadas à preservação do meio ambiente	40
Quadro 14 - Respeito pelas diferenças.....	42
Quadro 15 - Política de inclusão.....	44
Quadro 16 - Incentivo/promoção ao desenvolvimento científico e tecnológico.....	46
Quadro 17 - Críticas e Sugestões no Eixo Desenvolvimento Institucional	49
Quadro 18 - Política de Gestão de Pessoas.....	51
Quadro 19 - Atuação da CPPD.....	53
Quadro 20 - Política de capacitação de TAE.....	54
Quadro 21 - Atuação da CIS.....	55
Quadro 22 - Garantia da participação democrática nas tomadas de decisões.....	56
Quadro 23 - Críticas e Sugestões no Eixo Políticas de Gestão.....	59
Quadro 24 - Infraestrutura da biblioteca	61
Quadro 25 - Acervo da biblioteca (Discentes)	63
Quadro 26 - Acervo da biblioteca (Docentes).....	64
Quadro 27 - Condições das salas de aula	65
Quadro 28 - Condições dos laboratórios	67
Quadro 29 - Condições de acessibilidade	69
Quadro 30 - Áreas de convivência para Estudantes.....	71
Quadro 31 - Áreas de convivência para servidores	72
Quadro 32 - Críticas e Sugestões no Eixo Infraestrutura.....	75
Quadro 33 - Críticas e Sugestões sobre o questionário	78

Sumário

INTRODUÇÃO	11
1. APRESENTAÇÃO DO CÂMPUS	13
1.1 Infraestrutura	15
2. ATOS REGULATÓRIOS, INDICADORES DE QUALIDADE E AVALIAÇÕES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	17
2.1 Avaliações externas	17
2.1.1 Demais indicadores de qualidade	18
2.2 Avaliações Internas - a autoavaliação institucional	20
2.3 Composição e competências das CPA's no IFG	22
3. EVOLUÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO NO IFG	26
4. METODOLOGIA	29
4.1 Delineamento do estudo, instrumento e técnicas de coletas de dados	30
4.2 Escalas, critérios de análise dos resultados e indicadores	32
5. AUTOAVALIAÇÃO 2019: RESULTADOS, ANÁLISES E SUGESTÕES DECORRENTES DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	35
5.1 Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional	36
5.1.1 Análise do Eixo 2 - Desenvolvimento Institucional	48
5.2 Eixo 4 – Políticas de Gestão	51
5.2.1 Análise do Eixo 4 – Políticas de Gestão	58
5.3 Eixo 5 – Infraestrutura Física	61
5.3.1 Análise do Eixo 5 – Infraestrutura Física	74
6 DESAFIOS PARA OS PRÓXIMOS PROCESSOS DE AUTOAVALIAÇÃO	77
REFERÊNCIAS	79

INTRODUÇÃO

A Autoavaliação Institucional instituída pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e, de acordo com a Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, tem entre seus objetivos produzir conhecimentos, identificar causas de problemas ou deficiências, subsidiar a tomada de decisão da Instituição, melhorar a qualidade da educação superior e, acima de tudo, prestar contas à sociedade.

Os processos de Autoavaliação Institucional são descritos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019-2023) do IFG como:

[...]uma importante ferramenta para gestão, propiciando-lhe a criação de instrumentos e conhecimentos que embasam a tomada de decisão, na perspectiva da manutenção e/ou, da melhoria da qualidade da administração, da pesquisa, do ensino e da extensão, que, para que seja culturalmente aceita, instalada e vivenciada cotidianamente pelos integrantes de uma instituição, deve ser implementada de forma democrática, incentivada por um processo de sensibilização que busque o envolvimento da comunidade acadêmica em todas as etapas da autoavaliação e suas ações avaliativas[...] (PDI 2019-2023, p. 62)

O processo de Autoavaliação Institucional é anualmente consolidado por meio de Relatórios de Autoavaliação Institucional que tem por finalidades sistematizar e levar ao conhecimento da comunidade os resultados obtidos, fomentar a cultura de avaliação institucional, promover melhorias na Instituição e subsidiar os processos de avaliação externa.

Conduzido a partir do Plano de Autoavaliação Institucional (2017-2019) onde foram estabelecidos os objetivos, métodos e prazos, as ações para o fortalecimento da cultura de autoavaliação, o presente Relatório de Autoavaliação foi elaborado em sua versão PARCIAL, isto é, dentre as dez dimensões do Plano de Desenvolvimento Institucional, exigidas pelo art. 3º da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, apenas as seguintes são abordadas:

Dimensão I – a missão e o plano de desenvolvimento institucional;
Dimensão III – a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
Dimensão V – as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
Dimensão VI - organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e

autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;
Dimensão VII – infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;
Dimensão X – sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

O Relatório está estruturado conforme proposta de roteiro da Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 65/2014 e apresenta a seguinte estrutura:

1. Apresentação da Instituição: apresenta um breve histórico da Instituição e sua atual estrutura;
2. Atos regulatórios da Educação Superior: contextualiza o leitor a respeito dos atos regulatórios estabelecidos na Portaria nº 40 de 2007, atualizada em 2010;
3. Consolidação do processo de autoavaliação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás: expõe a trajetória do processo de autoavaliação no Câmpus Inhumas.
4. Metodologia: apresenta métodos e etapas da condução da autoavaliação institucional do ano 2019, tais como: delineamento do estudo, instrumentos e técnicas de coleta de dados, definição da população de pesquisa, escalas e critérios de análise.
5. Resultados, análises e sugestões: nesta seção é apresentado ao leitor, os resultados da pesquisa de autoavaliação, as análises dos resultados e as propostas de melhorias ao IFG.
6. Desafios para os próximos processos de autoavaliação.

É importante destacar que o processo de elaboração e consolidação do Relatório de Autoavaliação é compreendido de forma substancial e não só como mero procedimento burocrático ou movimento de avaliar por avaliar. O presente Relatório busca contribuir efetivamente para promoção de melhorias na Instituição por meio da disponibilização dos dados, análises e sugestões da CPA para os agentes envolvidos nos processos deliberativos, de modo que as políticas institucionais sejam cada vez mais assertivas.

Os resultados da autoavaliação referente ao ano de 2019, presentes neste relatório, serão disponibilizados no site do IFG Câmpus Inhumas, serão amplamente divulgados à comunidade acadêmica e discutidos junto à gestão do Câmpus, em reuniões e eventos institucionais.

1. APRESENTAÇÃO DO CÂMPUS

O Câmpus Inhumas do IFG foi inaugurado em 20 de março de 2007 como uma Unidade Descentralizada de Ensino (Uned), denominação que marcou a primeira fase de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no país. Em dezembro de 2008, a antiga Uned transformou-se em Câmpus Inhumas, em virtude da conversão do Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Goiás (Cefet-GO) em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG). Atualmente, conta com ampla estrutura física e de serviços e com um quadro de servidores qualificados, capazes de proporcionar aos estudantes uma educação pública, gratuita e de qualidade.

Nesta perspectiva, levando-se em conta as características e demandas regionais, foram escolhidas as principais áreas de atuação da Instituição: Informática, Química e Alimentos. Nestas áreas estão alocados os cursos de níveis médio e superior atualmente ofertados.

Durante este período, o Câmpus Inhumas, ciente de sua responsabilidade social, realizou além de suas atividades regulares de ensino, diversos projetos que envolveram a comunidade interna e externa, com o intuito de propiciar aos seus alunos e servidores meios de exercerem suas atividades de forma mais dinâmica e produtiva e à sociedade, o acesso a eventos artísticos, culturais, educacionais e científicos. Assim, como instituição pública socialmente comprometida, coloca-se a serviço do desenvolvimento de Inhumas e da região.

O Câmpus Inhumas oferece hoje três cursos técnicos integrados ao nível médio: Técnico em Agroindústria, Técnico em Informática para Internet e Técnico em Química. Ainda no nível médio, na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), o Câmpus oferta atualmente o curso Técnico em Panificação que substituiu o curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática, extinto em 2013.

No nível superior, o Câmpus possui atualmente três cursos de graduação: Bacharelado em Sistemas de Informação, Licenciatura em Química e Bacharelado em Ciência e Tecnologia de Alimentos. Entre os anos de 2008 e 2012 foi ofertado também o curso Bacharelado em Informática, atualmente em extinção, porém com estudantes ainda vinculados. No ano de 2018 o Câmpus começou também a atuar na pós-

graduação oferecendo uma Especialização *Lato Sensu* em Docência na Educação Básica e Profissional.

Além dos cursos próprios, citados acima, o Câmpus Inhumas oferece também 02 cursos em parceria com a Universidade Aberta do Brasil (UAB) na modalidade Ensino à Distância: a Especialização em Docência da Educação Profissional, Técnica e Tecnológica (*Lato Sensu*) e o Curso de Formação Para Graduados Não Licenciados, que se destina a professores ou àqueles que desejam dedicar-se à docência, que possuem curso superior mas não são licenciados.

O número total de estudantes vinculados ao Câmpus Inhumas está detalhado no quadro a seguir:

Quadro 1 - Cursos regulares e números de estudantes

Modalidade	Curso	N.º de estudantes
Bacharelados	Bacharelado em Ciência e Tecnologia de Alimentos	91
	Bacharelado em Informática ¹	14
	Bacharelado em Sistemas de Informação	96
Licenciaturas	Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados ²	42
	Licenciatura em Química	67
Integrado ao Ensino Médio	Técnico em Agroindústria	90
	Técnico em Informática / Técnico em Informática para Internet ³	111
	Técnico em Manutenção e Suporte em Informática - EJA ¹	2
	Técnico em Panificação - EJA	44
	Técnico em Química	121
Especializações	Especialização em Docência na Educação Básica e Profissional	23
	Especialização em Docência na Educação Profissional, Técnica e Tecnológica ²	20
Total		721

Fonte: Sistema Visão em 17 de setembro de 2020

1 - Curso em Extinção; apenas estudantes remanescentes;

2 - Cursos ofertados em parceria com a Universidade Aberta do Brasil (UAB)

3 - O curso Técnico em Informática teve seu nome alterado Técnico em Informática para Internet em 2018.

Além dos cursos regulares, o Câmpus Inhumas vem também aumentando a oferta de cursos de Formação Inicial Continuada (FIC), oportunizando a capacitação e o aprimoramento tanto para o mercado de trabalho, quanto para o prosseguimento

dos estudos, a partir de demandas locais e específicas. Conforme informações fornecidas pela Gerência de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão, seguem detalhados nos quadros abaixo os cursos FIC oferecidos em 2019 ou atualmente em andamento:

Quadro 2 - Cursos FIC oferecidos em 2019/2020

Nome do curso	Período de oferta	Carga horária	Vagas ofertadas	Matriculados
Informática Básica, ferramentas de pesquisa e uso de aplicativos para celulares - Fami ¹	13/08/2018 a 03/06/2019	160 h	60	18
Redação e Interpretação de Textos	07/03/2019 a 05/12/2019	160h	50	50
Literatura em Língua Inglesa	07/03/2019 a 05/12/2019	160h	40	30
Química para o Enem	06/03/2019 a 06/12/2019	162h	30	24
Mulheres na Informática	09/2019 a 06/2020	160h	50	32
Introdução à pesquisa Científica - Inhumas e Jataí	08/2019 a 12/2019	160h	30	41

Observações:

1 - Curso oferecido em parceria com a Fundação do Menor Inhumense - FAMI

1.1 Infraestrutura

A área total do Câmpus é de 42.874,82 metros quadrados, dos quais 12.525,27 metros quadrados representam a área construída.

Apesar de ainda não ter concluído todas as obras previstas para sua completa instalação, o Câmpus Inhumas possui estrutura nova e moderna, adequada ao desenvolvimento da maioria das atuais demandas administrativas e pedagógicas,

possibilitando aos alunos e servidores exercerem suas atividades em um ambiente agradável e seguro.

Compõem parte desta estrutura:

- Laboratórios de Informática, completos e em pleno funcionamento;
- Laboratórios de práticas concluídos: Química, Bromatologia, Tecnologia de Carnes e de Derivados de Leite;
- Laboratórios de práticas nas áreas: Panificação, Análise Sensorial, Biologia, Microbiologia e Microscopia, Física e Matemática;
- Biblioteca, acompanhada de sala de estudos, acervo atualizado e computadores com acesso à Internet;
- Instrumentos musicais e equipamentos esportivos;
- Quadra coberta, pista de atletismo e campo de futebol;
- Miniauditório, com capacidade para 100 pessoas.

2. ATOS REGULATÓRIOS, INDICADORES DE QUALIDADE E AVALIAÇÕES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Em primeiro lugar é preciso contextualizar o/a leitor/a sobre quais são os atos e processos regulatórios que as Instituições de Educação Superior - IES - estão submetidas e qual o papel da CPA nos mesmos. Deste modo, tendo em vista a conformidade e a qualidade da oferta de cursos de educação superior no Brasil, o MEC/ INEP condiciona o funcionamento das Instituições de Ensino Superior (IES) e a oferta de cursos a atos regulatórios de Credenciamento e Recredenciamento Institucional; Autorização, Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento de Cursos superiores de graduação, disciplinados pela Portaria Normativa MEC nº 40 de 12/12/2007, republicada no D.O.U. em 29/12/2010 e, o Decreto 5773 de 09 maio de 2006.

Os processos regulatórios realizados pelo INEP consideram e avaliam as IES a partir de avaliações externas e internas, conforme quadro a seguir:

Quadro 3 - Avaliações do Ensino Superior

Avaliações Externas	Indicadores de Qualidade	Avaliação Interna
Avaliações <i>in loco</i> , relacionadas aos processos de Credenciamento Institucional, Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento de Cursos superiores de graduação	ENADE - Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes	Relatórios da Comissão Própria de Avaliação - CPA - produzido a partir da aplicação de questionário à comunidade acadêmica e outros insumos e documentos.
	CPC - Conceito Preliminar de Curso, gerado a partir do ENADE e outros insumos.	
	IGC – Índice Geral dos Cursos, gerado a partir dos CPCs e outros insumos.	

2.1 Avaliações externas

Avaliações *in loco*

As avaliações *in loco* compõem os processos regulatórios da educação superior. Tais avaliações são realizadas por comissões do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) em visita à IES, com objetivo de avaliar as instituições, nos processos de credenciamento e recredenciamento, e seus cursos, nos processos de autorização, reconhecimento de curso e renovação de reconhecimento de curso.

O INEP utiliza instrumentos próprios que identificam o perfil institucional por meio de seus cursos, atividades, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais.

No Instrumento de Avaliação Institucional do INEP, documento norteador das avaliações institucionais, as 10 dimensões do PDI são organizadas em 5 eixos, conforme quadro que segue:

Quadro 4 - Eixos e Dimensões da Avaliação Institucional

Eixos	Dimensões abrangidas
Eixo I - Planejamento e Avaliação Institucional	- Dimensão 8 - Planejamento e Avaliação: Inclui também um Relato Institucional que descreve e evidencia os principais elementos do seu processo avaliativo (interno e externo) em relação ao PDI, incluindo os relatórios elaborados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) do período que constituiu o objeto de avaliação;
Eixo II - Desenvolvimento Institucional	- Dimensão 1 - Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional; - Dimensão 3 - Responsabilidade Social da Instituição;
Eixo III – Políticas Acadêmicas	- Dimensão 2 - Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão; - Dimensão 4 - Comunicação com a Sociedade; - Dimensão 9 - Políticas de Atendimento aos Estudantes;
Eixo IV – Políticas de Gestão	- Dimensão 5 - Políticas de Pessoal; - Dimensão 6 - Organização e Gestão da Instituição; - Dimensão 10 - Sustentabilidade Financeira;
Eixo V – Infraestrutura Física	- Dimensão 7 - Infraestrutura Física.

No âmbito do reconhecimento dos cursos superiores, de acordo com o Instrumento de Avaliação dos Cursos de Graduação do INEP¹, são avaliadas apenas as Dimensões 1, 2 e 3.

2.1.1 Demais indicadores de qualidade

ENADE – O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes avalia o rendimento dos concluintes dos cursos de graduação, em relação aos conteúdos programáticos, habilidades e competências adquiridas em sua formação. O Ministério da Educação define, anualmente, as áreas propostas pela Comissão de Avaliação da Educação Superior (CONAES), órgão colegiado de coordenação e supervisão do SINAES.

A principal legislação que rege o ENADE é a Portaria Normativa MEC nº 40, de 12/12/2007, republicada em 29/12/2010. Porém, a cada edição do exame, uma nova

portaria normativa é publicada, o que gera especificidades de normas para cada edição. Encontramos, ainda, normatização sobre o ENADE na Lei que institui o SINAES:

Art. 5.º A avaliação do desempenho dos estudantes dos cursos de graduação será realizada mediante aplicação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE.

§ 1.º O ENADE aferirá o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento. Curso de capacitação 2014 21

§ 2.º O ENADE será aplicado periodicamente, admitida a utilização de procedimentos amostrais, aos alunos de todos os cursos de graduação, ao final do primeiro e do último ano de curso.

§ 3.º A periodicidade máxima de aplicação do ENADE aos estudantes de cada curso de graduação será trienal.

§ 4.º A aplicação do ENADE será acompanhada de instrumento destinado a levantar o perfil dos estudantes, relevante para a compreensão de seus resultados.

§ 5.º O ENADE é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação, sendo inscrita no histórico escolar do estudante somente a sua situação regular com relação a essa obrigação, atestada pela sua efetiva participação ou, quando for o caso, dispensa oficial pelo Ministério da Educação, na forma estabelecida em regulamento.

Os resultados do ENADE também são utilizados pelo INEP para a apuração de outros indicadores importantes, e são eles, o Conceito Preliminar de Curso – CPC e o Índice Geral de Curso – IGC, conforme aponta a Portaria Normativa MEC nº 40:

Art. 33-B São indicadores de qualidade, calculados pelo INEP, com base nos resultados do ENADE e demais insumos constantes das bases de dados do MEC, segundo metodologia própria, aprovada pela CONAES, atendidos os parâmetros da Lei nº 10.861, de 2004:

I - de cursos superiores: o Conceito Preliminar de Curso (CPC), instituído pela Portaria Normativa nº 4, de 05 de agosto de 2008;

II - de instituições de educação superior: o Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC), instituído pela Portaria Normativa nº 12, de 05 de setembro de 2008;

III - de desempenho de estudantes: o conceito obtido a partir dos resultados do ENADE;

§ 1.º O CPC será calculado no ano seguinte ao da realização do ENADE de cada área, observado o art. 33-E, com base na avaliação de desempenho de estudantes, corpo docente, infraestrutura, recursos didático-pedagógicos e demais insumos, conforme orientação técnica aprovada pela CONAES.

§ 2.º O IGC será calculado anualmente, considerando: I - a média dos últimos CPC's disponíveis dos cursos avaliados da Instituição no ano do cálculo e nos dois anteriores, ponderada pelo número de matrículas em cada um dos cursos computados;

Para os indicadores de qualidade - CPC e IGC - e para as avaliações *in loco*, serão atribuídos conceitos avaliativos, ordenados em uma escala com 5 (cinco) níveis, com as seguintes correspondências:

- conceitos 1 e 2: insatisfatório;
- conceito 3: satisfatório;
- conceito 4: bom;
- conceito 5: excelente.

O quadro a seguir apresenta a síntese dos conceitos recebidos pelos cursos ofertados pelo Câmpus Inhumas no reconhecimento bem como os indicadores recebidos nas avaliações periódicas. O curso Bacharelado em Ciência e Tecnologia de Alimentos ainda não foi avaliado no ENADE e os demais cursos passaram pela edição de 2017 do exame.

Quadro 5 - Avaliação dos cursos oferecidos pelo Câmpus

Curso	Conceito recebido no reconhecimento	Conceito ENADE	Conceito Preliminar de Curso - CPC
Bacharelado em Ciência e Tecnologia de Alimentos	4	-	-
Bacharelado em Sistemas de Informação	3	3	3
Licenciatura em Química	3	2	3

Fonte: Relatórios de curso e de IES – INEP

2.2 Avaliações Internas - a autoavaliação institucional

Com o objetivo de implantar os processos de avaliação nas instituições de ensino superior, a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e determinou a criação das Comissões Próprias de Avaliação (CPA) como forma de avaliação interna:

Art. 11. Cada Instituição de ensino superior, pública ou privada, constituirá Comissão Própria de Avaliação - CPA, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Lei, com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da Instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP, obedecidas as seguintes diretrizes:

I – constituição por ato do dirigente máximo da Instituição de ensino superior, ou por previsão no seu próprio estatuto ou regimento, assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, e vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos;

II – atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na Instituição de educação superior. (BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004).

Do disposto na lei, observa-se que a principal atribuição da Comissão Própria de Avaliação é a condução dos processos de autoavaliação institucional bem como a elaboração dos relatórios de autoavaliação dele decorrentes. O depósito dos relatórios de avaliação institucional no sistema e-MEC¹ é uma importante forma de prestação de informações bem como uma das principais frentes de trabalho da Comissão Própria de Avaliação. A regularidade dos relatórios é requisito para o prosseguimento do processo de credenciamento da Instituição, conforme regulamentação publicada pelo MEC:

Art. 61-D Será mantido no cadastro e-MEC, junto ao registro da Instituição, campo para inserção de relatório de autoavaliação, validado pela CPA, a ser apresentado até o final de março de cada ano, em versão parcial ou integral, conforme se trate de ano intermediário ou final do ciclo avaliativo. (BRASIL, Ministério da Educação. Portaria Normativa MEC nº 40 de 12/12/2007, republicada no D.O.U. em 29/12/2010).

Em relação à esta responsabilidade primordial da CPA, a Nota Técnica nº 065, de 08/10/2014, da Diretoria de Avaliação da Educação Superior – DAES/INEP estabeleceu os seguintes prazos e procedimentos para o envio dos relatórios ao MEC:

A partir do ano de referência de 2015 o Relatório de Autoavaliação será submetido anualmente, por meio do Sistema e-MEC, ao longo de um período de três anos. Nos 2 primeiros anos, o relatório deverá ser inserido em sua versão parcial. No terceiro ano, será inserido em sua versão integral, conforme segue:

- até 31 de março de 2016 – 1º relatório parcial
- até 31 de março de 2017 – 2º relatório parcial
- até 31 de março de 2018 – relatório integral
- até 31 de março de 2019 – 1º relatório parcial
- até 31 de março de 2020 – 2º relatório parcial.²

O presente relatório é, portanto, um relatório parcial, sendo o segundo relatório de um ciclo avaliativo composto por três relatórios no período de três anos. No âmbito local (câmpus) a elaboração e a publicização do relatório de autoavaliação compreende uma ação de prestação de contas à comunidade acadêmica, tendo em vista que a responsabilidade de prestação de informações aos órgãos de controle, por

¹ e-MEC: Sistema eletrônico de tramitação de processos regulatórios da educação superior.

² Em 2020 o prazo estabelecido de 31 de março para a postagem do relatório no Sistema e-Mec não foi considerado, levando em conta as medidas que foram adotadas em relação ao enfrentamento ao Corona vírus (COVID-19), em razão das providências tomadas por diferentes Entes Federativos para interrupção de atividades, incluindo-se o funcionamento de Instituições de Ensino. Um novo prazo seria definido à medida que fosse possível o retorno das atividades.

meio da postagem dos relatórios descrita no parágrafo anterior, é feita de forma centralizada para todo o IFG.

2.3 Composição e competências das CPA's no IFG

A CPA no IFG é organizada por uma Comissão Central e Comissões dos Câmpus. As Comissões são constituídas por representantes eleitos, titulares e suplentes, do corpo docente, técnico-administrativo e discentes. A Comissão Central ainda conta com a participação de representantes da sociedade civil, referendados pelo Conselho Superior, e em seu novo Regulamento (Resolução nº 38, de 25 de novembro de 2019) também está previsto a participação da sociedade civil nas Comissões de Avaliação dos Câmpus, cabendo ao Conselho de Câmpus - Concâmpus - a indicação e aprovação desses membros.

A CPA compreende a autoavaliação institucional como um processo de compromisso coletivo e formativo, de diagnóstico, que tem como objetivos identificar as potencialidades e as fragilidades institucionais e propor melhorias nas suas atividades, cursos, programas, projetos e setores. O quadro a seguir apresenta a equipe da CPA Central do IFG, instituída pela Portaria nº 1.189, de 03 julho de 2017, atualizada pelas Portarias nº 1.807, de 18/11/2017, nº 1.019, de 26/04/2018 e nº 265, de 12/02/2019, 116 de 21/01/2020.

Quadro 6 - Composição da CPA Central

Nome	Câmpus/Instituição	Segmento	Designação (Portaria e data)
Darlene Ana de Paula Vieira	Inhumas	Docente	1.189 - 03/07/2017 e 116 – 21/01/2020
Priscila Branquinho Xavier	Goiânia	Docente	1.189 - 03/07/2017
Ana Paula Araújo Martins	Itumbiara	TAE	1.189 - 03/07/2017
Ivaine Maria da Silva Melo	Formosa	Discente	1.189 - 03/07/2017
Gustavo Henrique Garcez Andrade	Formosa	Discente	1.189 - 03/07/2017
Liana Jayme Borges	Representante da UFG	Soc. Civil	1.189 - 03/07/2017
Antoniél Aniceto de Oliveira	Representante do IFGoiano	Soc. Civil	1.189 - 03/07/2017

De acordo com o Artigo 19 da Resolução nº 38, de 25 de novembro de 2019 as competências da Comissão Própria de Avaliação (Central) são:

- Elaborar o plano de autoavaliação definindo objetivos, metodologias, recursos necessários e calendário das ações avaliativas de âmbito institucional;
- Elaborar e divulgar o cronograma de trabalho da CPA Central com calendário de reuniões;
- Conduzir o processo de autoavaliação institucional;
- Definir os instrumentos e mecanismos que serão utilizados na avaliação institucional, contemplando a análise global e integrada dos fatores que interferem no desempenho institucional;
- Promover a sensibilização da comunidade acadêmica, buscando o seu envolvimento na construção da proposta avaliativa, por meio da realização de reuniões, palestras, seminários e outros;
- Ouvir a comunidade interna no processo de autoavaliação institucional;
- Sistematizar as informações coletadas e elaborar o relatório de autoavaliação institucional, conforme preceitos definidos na legislação e orientado pelo plano de autoavaliação e suas modificações;
- Dar publicidade ao relatório de autoavaliação institucional;
- Fornecer, sempre que solicitado, informações sobre a autoavaliação institucional aos órgãos federais de educação;
- Encaminhar o relatório de autoavaliação para as instâncias responsáveis pelo planejamento institucional;
- Acompanhar, com o apoio das CPAs dos Câmpus, o desenvolvimento dos processos de avaliação externa dos diversos cursos do IFG;
- Dar ampla publicidade às suas atividades;
- Fortalecer o protagonismo das Comissões Próprias de Avaliação dos Câmpus e a integração entre essas e a CPA Central;
- Acompanhar, junto à gestão do IFG, a elaboração e implementação de Plano de Ação para tratar os pontos a serem melhorados apontados no Relatório de Autoavaliação.

O quadro a seguir apresenta a composição da Comissão Local de Autoavaliação do Câmpus Inhumas:

Quadro 7 - Composição da CPA do Câmpus Inhumas

Nome	Segmento	Designação (Portaria e data)
Andreia de Oliveira Correia	Discente	- Portaria 1.879 de 23 de agosto de 2016.
Karina Pifardini Simões		
Maria Angélica Peixoto	Docente	
Sélvia Carneiro de Lima		
Fernanda Guirra Martins	Técnico Administrativo	
Samuel Machado Moreira		
- Portarias de recomposição/alteração: Portaria 1.978 de 02 de outubro de 2017; Portaria 2.174 de 19 de outubro de 2017; Portaria 2.520 de 27 de novembro de 2017; Portaria 540 de 23 de fevereiro de 2018.		

De acordo com o Artigo 20 da Resolução nº 38, de 25 de novembro de 2019 as competências das Comissões Locais de Avaliação (CPA) são:

- Colaborar com a CPA Central na construção do Plano de Autoavaliação Institucional;
- Elaborar e divulgar o cronograma de trabalhos da CPA dos Câmpus com calendário de reuniões;
- Colaborar na construção e organização dos indicadores e instrumentos de avaliação;
- Desenvolver o processo de autoavaliação nos Câmpus, conforme o Plano de Autoavaliação Institucional;
- Organizar reuniões periódicas para desenvolver suas atividades;
- Elaborar os relatórios de avaliação parciais e integrais do respectivo Câmpus;
- Sensibilizar a comunidade para o processo de autoavaliação institucional;
- Zelar pelos dados obtidos no processo de autoavaliação;
- Encaminhar o relatório de autoavaliação no âmbito do Câmpus para a Coordenação de Comunicação Social;
- Encaminhar para as Coordenações de Cursos Superiores os resultados da autoavaliação institucional referentes aos seus respectivos cursos;
- Participar das reuniões de avaliações externas no âmbito do Câmpus;
- Colaborar com a CPA Central sempre que lhe for solicitado;
- Apresentar à comunidade acadêmica os resultados obtidos na autoavaliação Institucional;

- Acompanhar, junto à gestão do Câmpus, a elaboração e a implementação de Plano de Ação para tratar os pontos a serem aprimorados de acordo com os apontamentos no Relatório de Autoavaliação.

3. EVOLUÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO NO IFG

A autoavaliação institucional no IFG teve início em 2004 com a implantação da Comissão Própria de Avaliação (CPA), que tão logo constituída, mediante Portaria nº 313, de 12/08/2004 e alterada pela Portaria 601, de 23/11/2004, iniciou seus trabalhos com a elaboração do projeto e regulamento da CPA. Desde o ano de 2005 a CPA tem elaborado seus relatórios de autoavaliação.

Um marco importante para o trabalho da CPA foi a implantação das Subcomissões Locais de Avaliação (SLAs), a partir do ano de 2015, conforme o disposto no § 1º, Art. 8º, do Regulamento da Comissão Própria de Avaliação – CPA, aprovado pela Resolução CONSUP nº 006, de 31 de março de 2014. Como resultado desta ação, foram formadas as subcomissões nos Câmpus: Anápolis, Formosa, Goiânia, Itumbiara, Jataí e Luziânia. Em 2016, Subcomissões Locais foram implantadas nos demais Câmpus do IFG.

A partir do segundo semestre de 2018 e durante o ano de 2019, em debates presenciais e por web conferências, reunindo os membros da Comissão Central e das SLAs, a CPA discutiu a atualização do seu regulamento (Resolução nº 17). Ao final dos trabalhos, o novo regulamento foi aprovado no Conselho Superior do IFG no dia 25 de novembro de 2019 sob a forma da Resolução 38/2019. Dentre as principais alterações destaca-se a substituição da nomenclatura Subcomissões Locais de Avaliação (SLAs) por Comissões Próprias de Avaliação dos Câmpus.

Em consonância com a legislação vigente, a CPA do IFG atua de forma autônoma e independente dos conselhos e demais órgãos colegiados existentes na Instituição e, para fins de suporte administrativo, a CPA é vinculada à Diretoria Executiva.

Em 2017 a CPA elaborou seu Plano de autoavaliação Institucional, que compreende os anos de 2017 a 2019, abordando metodologias de elaboração de seus relatórios, metodologias de sensibilização da comunidade acadêmica e metodologias de meta-avaliação. O Plano prevê, ainda, a elaboração anual de relatórios de autoavaliação locais, por Câmpus, cujos responsáveis pela elaboração são as CPA's locais, além da elaboração do relatório de autoavaliação institucional geral, cuja responsável pela elaboração é a CPA Central do IFG.

Observa-se que o Plano de Autoavaliação Institucional se tornou um instrumento de suma relevância para evolução e consolidação do Processo de Autoavaliação, uma vez que ele define metodologias, processos, critérios e a avaliação destes na etapa da Meta-avaliação permitindo um melhor planejamento do processo avaliativo subsequente.

Durante o ano de 2019 a CPA do Câmpus Inhumas participou de todas as etapas previstas no Plano de Autoavaliação, merecendo especial destaque o III Seminário de Autoavaliação Institucional, onde foi realizada a meta-avaliação do processo avaliativo anterior e a discussão da proposta de alteração do Regimento da CPA já citado anteriormente. O Seminário de Autoavaliação Institucional anual é um momento de reflexão sobre o trabalho desenvolvido pela CPA, de compartilhamento dos resultados da pesquisa realizada, de busca do envolvimento da equipe de gestores em torno das discussões sobre a articulação entre o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI e a autoavaliação institucional, visando sempre o fortalecimento dos processos de autoavaliação e de planejamento.

O PDI é o documento que delinea as diretrizes e o planejamento institucional estabelecendo as metas e os indicadores a serem atingidos pela instituição nos próximos 5 anos. É essencial, portanto, que os processos de autoavaliação sejam planejados e executados como instrumentos aptos a fazer a mensuração do atingimento destas metas e indicadores.

No contexto de consolidação do Processo Avaliativo na Instituição, a sensibilização da comunidade, sempre indicada como um ponto a ser melhorado, mereceu destaque na etapa de planejamento das últimas avaliações. Deste modo, consolidou-se a estratégia de divulgar a aplicação do questionário de autoavaliação nos canais de comunicação com a comunidade interna: e-mail, boletim de serviço e site institucional. Além disso, visando especialmente o incentivo à participação dos estudantes, é feita a disponibilização do link do questionário no Sistema Q-Acadêmico. Além disso, foram afixados nos Câmpus e na Reitoria *QR Codes* que permitiam o acesso ao questionário através de dispositivos móveis.

Ainda nesta etapa de sensibilização e divulgação, merece destaque o trabalho realizado pela CPA do Câmpus Inhumas, principalmente junto aos estudantes, através do contato direto diário, comunicação por meio dos representantes de turmas e de visitas às salas de aula. Também foram realizadas reuniões institucionais com os

segmentos Docentes e Técnicos Administrativos. Além da divulgação do questionário, outro aspecto valorizado pela CPA do Câmpus Inhumas é a devolutiva dos resultados dos processos avaliativos à comunidade acadêmica, na forma da apresentação dos relatórios, reforçando a conexão desses processos ao cotidiano dos seus membros. O conjunto destas ações tem se mostrado como um forte elemento motivador da participação da comunidade acadêmica, proporcionando um significativo aumento do número de respondentes à pesquisa ao longo dos últimos anos conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro 8 - Número de participantes por segmento

Segmento	2017	2018	2019	Varição em relação a 2018
Discente	70	134	149	11,19%
Docente	51	66	74	12,12%
Técnicos Administrativos	35	37	30	-18,92%
Total	156	237	253	6,75%

Conforme se observa no quadro acima, quando considerados os segmentos isoladamente, apenas entre os Técnicos Administrativos ocorreu a diminuição do número de respondentes, enquanto nos demais segmentos observou-se um incremento no número de respondentes. Quando considerada a totalidade dos participantes, o número de respondentes teve um aumento de 6,75%; para efeito de comparação, no IFG como um todo ocorreu uma queda de 27% na participação. Ressalvamos, no entanto, que no segmento Docente, constatou-se que o número de respondentes foi maior do que total de pessoas que compunham o segmento à época da aplicação do questionário, o que deve ser considerado ao se analisar os números acima. Esta ocorrência está mais bem detalhada a partir da pág. 31, onde tratamos sobre a população e a amostra da pesquisa.

Uma das novidades introduzidas em 2019 foi uma plataforma desenvolvida pelo Professor Daniel Xavier de Sousa da área de Aprendizagem de Máquina do Câmpus Anápolis e seu orientando Bruno Araújo Alves, por meio da qual foi feita a aplicação do questionário de autoavaliação à comunidade acadêmica. A utilização de tal ferramenta trouxe uma maior facilidade na coleta e na sistematização dos dados da pesquisa, tornando mais dinâmico todo o processo avaliativo, bem como a elaboração do relatório.

4. METODOLOGIA

O questionário de autoavaliação apresentado à comunidade em 2019, foi construído pela CPA Central de forma conjunta com as CPA's dos câmpus, a partir de um amplo debate a partir da etapa de meta-avaliação ocorrida no III Seminário de Autoavaliação Institucional. Partindo sempre da perspectiva de continuidade e de que os processos de autoavaliação devem sempre buscar sanar as fragilidades observadas nos períodos anteriores, tentou-se corrigir os problemas detectados nos questionários de 2017 e 2018.

A seguir são listadas algumas das principais observações apontadas em relação ao processo de 2018 e que foram consideradas para promoção de melhorias em 2019:

- As perguntas do questionário de 2018, dependiam da compreensão do respondente sobre os conceitos citados, podendo fragilizar as respostas;
- Perguntas semelhante a um teste (opções de resposta Sim e Não), podendo aumentar a tendência de respostas positiva, gerando distorção;
- Mecanismos de divulgação dos resultados da pesquisa à comunidade acadêmica, não chega a toda comunidade;
- Sugerir medidas de melhoria para os temas que são avaliados como regular, ruim e péssimo;
- Mais clareza nas soluções de sanar as fragilidades apontadas no relatório.

Desta forma, as alterações promovidas foram no sentido de tornar o questionário mais objetivo, rápido e claro sem, no entanto, perder de vista a seriedade e profundidade necessárias para manter a relevância do estudo pretendido. O presente relatório, busca expressar uma análise a partir de diferentes fontes de dados produzidos pela CPA e pela instituição, conforme necessidades e situações específicas, focos e aprofundamentos exigidos pela própria dinâmica de atuação da CPA.

Nas seções que seguem apresenta-se o delineamento do estudo, os eixos e dimensões contempladas, assim como, a população pesquisada, seus extratos e unidade de análises. Descreve-se, ainda, os instrumentos de coleta dos dados utilizados, as técnicas de coleta dos dados, as escalas adotadas para autoavaliação e os critérios de análise considerados.

4.1 Delineamento do estudo, instrumento e técnicas de coletas de dados

O presente estudo abrange um diagnóstico e uma análise da Instituição considerando-se 03 (três) eixos e suas respectivas Dimensões, conforme previstos no instrumento de avaliação institucional. São eles:

Eixo 2: Desenvolvimento Institucional

Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional.

Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição.

Eixo 4: Políticas de Gestão

Dimensão 5: Políticas de Pessoal.

Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição.

Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira.

Eixo 5: Infraestrutura Física

Dimensão 7: Infraestrutura Física.

O processo de autoavaliação realizado pela CPA adotou diversos métodos e fontes como instrumentos de coleta de dados, sendo o principal deles a consulta feita à comunidade por meio da aplicação de questionário, contendo aspectos quantitativos e qualitativos. Foram também utilizados dados fornecidos por outros departamentos e documentos institucionais.

A aplicação do questionário elaborado pela CPA foi feita separadamente para cada segmento da comunidade acadêmica (Discentes, Docentes e Técnicos Administrativos) e, conforme mencionado anteriormente, por meio da plataforma web desenvolvida num projeto de pesquisa do Câmpus Anápolis e disponibilizada no endereço <http://cpa.bcc.anapolis.ifg.edu.br/QthDtt4r>. Esta ferramenta possibilitou a geração de gráficos e percentuais de respostas totais e por segmento, o que possibilitou uma maior agilidade no tratamento dos dados

Os questionários foram estruturados com perguntas fechadas e abertas, de modo a possibilitar a captação de dados quantitativos, bem como, abrir espaço para sugestões e críticas da comunidade sobre os aspectos avaliados. Para as perguntas objetivas foram oferecidas seis opções de resposta (ótimo, bom, regular, ruim, péssimo e não sei), o que possibilita a captura de nuances maiores nos resultados,

ao contrário do questionário aplicado em 2018, cujas respostas eram limitadas a “Sim” e “Não”.

Considerando as especificidades dos segmentos respondentes, os questionários possuem variações focadas na realidade de cada grupo e abordaram os temas de forma concisa e objetiva, tendo em vista eliminar complexidades exageradas e evitar problemas de interpretação.

A consulta foi realizada no período de 23 de outubro até 6 de dezembro de 2019, sendo a participação facultativa. A equipe da CPA Local, no entanto, fez um intenso trabalho de sensibilização da comunidade para promover conhecimento sobre o processo de autoavaliação institucional, garantindo participação satisfatória dos três segmentos da comunidade.

A população considerada para a pesquisa é composta pelos segmentos Discente, compreendidos aqui apenas os estudantes dos cursos superiores (graduação e pós-graduação), Docentes e Técnicos Administrativos. Os quantitativos de cada segmento, bem como a proporção de participação, estão descritos no quadro a seguir:

Quadro 9 - População e amostra de participantes

	Discente	Docente	TAE	Total
População	291 ¹	69 ²	50 ²	410
Amostra	149	74	30	253
Percentual	Prejudicado conforme justificativas a seguir.			

1 - Fonte: Sistema Visão em 17/09/2020. Dentre os cursos de pós-graduação não foram considerados os cursos oferecidos em parceria com a Universidade Aberta do Brasil (UAB).

2 – Fonte: Coordenação de Recursos Humanos e Assistência ao Servidor.

Com base nos dados da pesquisa, identificamos que o número de respostas ao questionário do segmento Docente superou a quantidade total da população: foram 74 questionários respondidos, quando, de acordo com a Coordenação de Recursos Humanos e Assistência ao Servidor, à época da aplicação, o Câmpus contava com apenas 69 Docentes efetivos.

Apesar de ser impossível saber com precisão o que ocasionou tal discrepância, a hipótese que consideramos mais plausível é que, algumas pessoas tenham respondido o questionário mais de uma vez, ou ainda, o tenham feito, equivocadamente, num segmento ao qual não pertença. Afirmamos isso com base no fato do questionário não exigir nenhum tipo de identificação, medida necessária para

preservação do anonimato dos participantes. Além disso, levando em conta como a divulgação do questionário é realizada (redes sociais, site da instituição, grupos de whatsapp etc.), uma outra possibilidade, embora mais remota, é que pessoas externas à instituição tenham tido acesso ao link e respondido. Esta possibilidade, aliás, já tinha sido apontada em reuniões internas da CPA e mostra uma fragilidade, que precisa ser corrigida ou ao menos mitigada, no sistema de aplicação dos questionários.

Assim, além de considerarmos prejudicado o cálculo do percentual de participação em cada segmento no quadro anterior, temos consciência de que as análises descritas a seguir estarão, em parte, influenciadas por esta alteração no número de questionários do segmento docente respondidos. Apesar disso, consideramos que este fato não compromete as análises aqui apresentadas, levando em conta tratar-se de uma discrepância que pode ser considerada pequena diante da totalidade dos dados, e de que, os indicadores trazidos neste relatório não devem ser entendidos como dados taxativos, absolutos, e sim como a indicação de tendências ou vieses.

4.2 Escalas, critérios de análise dos resultados e indicadores

Em razão das mudanças no questionário de autoavaliação, a metodologia de tratamento, classificação e indicações das fragilidades e potencialidades institucionais sofreu uma ligeira mudança, retornando a metodologia utilizada em 2017, uma vez que as perguntas do questionário de autoavaliação ano referência 2018 não buscou avaliar os diferentes graus da aprovação de um aspecto mas verificou o conhecimento, pertencimento e participação por meio de perguntas cujas opções de respostas foram "SIM" ou "NÃO". Esta foi a alternativa encontrada para responder às críticas ao questionário de 2017 para, a partir de 2018 torná-lo menos denso, complexo e cansativo. Tal metodologia com possibilidade de respostas com somente "SIM" ou "NÃO", embora tenha simplificado o questionário em sua construção, demonstrou fragilidades significativas na construção de algumas perguntas que foram inseridas no questionário com somente opção de resposta em "SIM" ou "NÃO", mas que aceitaria outras respostas. Em 2019, a CPA retomou a metodologia de perguntas com cinco escalas avaliativas de satisfação, e uma alternativa de “escape” (desconhecimento, inexistência ou não ocorrência). São critérios de análise e indicação, conforme segue:

- Ótimo: o respondente não faz críticas negativas ao item avaliado e considera um padrão de notoriedade e excelência.
- Bom: o respondente não faz críticas negativas ao item avaliado, entretanto não considera um padrão de notoriedade e excelência.
- Regular: o respondente faz críticas negativas ao item avaliado e considera que o padrão pode ser melhorado.
- Ruim: o respondente considera que o item avaliado está aquém da qualidade esperada e possível.
- Péssimo: o respondente considera que o item avaliado exige medidas corretivas urgentes.
- Não sei: o respondente não tem conhecimento ou familiaridade com o item em questão.

Como forma de estabelecer uma metodologia de tratamento dos resultados e elaborar indicações claras aos gestores sobre os aspectos que merecem maior atenção no âmbito institucional, buscou-se adotar uma categorização da proporção de aprovação (proporção de "Bom" e "Ótimo") obtida em cada um dos aspectos avaliados. Essa síntese gerou os seguintes indicativos de ação:

- **MANTER:** quando a soma dos percentuais dos itens avaliados como ÓTIMO e BOM for igual ou maior que 76%, considera-se que a questão atende os requisitos de qualidade e as ações referentes a esta questão devem ser mantidas.
- **DESENVOLVER:** quando a soma dos percentuais dos itens avaliados como ÓTIMO e BOM for de 51% a 75%, considera-se que a questão não conseguiu atingir padrão de qualidade exigido, mas pode melhorar a partir de ações pontuais.
- **MELHORAR:** quando a soma dos percentuais dos itens avaliados como ÓTIMO e BOM for de 26% a 50%, considera-se que a questão não atende os requisitos mínimos de qualidade, estando em situação crítica e merecendo atenção especial e ação rápida.
- **SANAR:** quando a soma dos percentuais dos itens avaliados como ÓTIMO e BOM for até 25%, considera-se que o indicador necessita de ações corretivas por parte da gestão em caráter de urgência.

O quadro a seguir apresenta, de forma resumida, esta metodologia de análise:

Quadro 10 - Critérios de análise e indicadores

Percentual de respostas positivas (Somatório das respostas “Ótimo” e “Bom”)	Indicador
Abaixo de 25%	Sanar
Maior que 25% e menor que 50%	Melhorar
Maior que 50% e menor que 75%	Desenvolver
Maior que 75%	Manter

5. AUTOAVALIAÇÃO 2019: RESULTADOS, ANÁLISES E SUGESTÕES DECORRENTES DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Nesta seção serão apresentados os resultados da autoavaliação e suas análises quantitativas e qualitativas. As análises dos dados, a consulta a setores e documentos institucionais deram elementos para subsidiar propostas de melhorias para o desenvolvimento da Instituição. As informações desta seção estão agrupadas conforme eixos e suas respectivas dimensões na seguinte ordem:

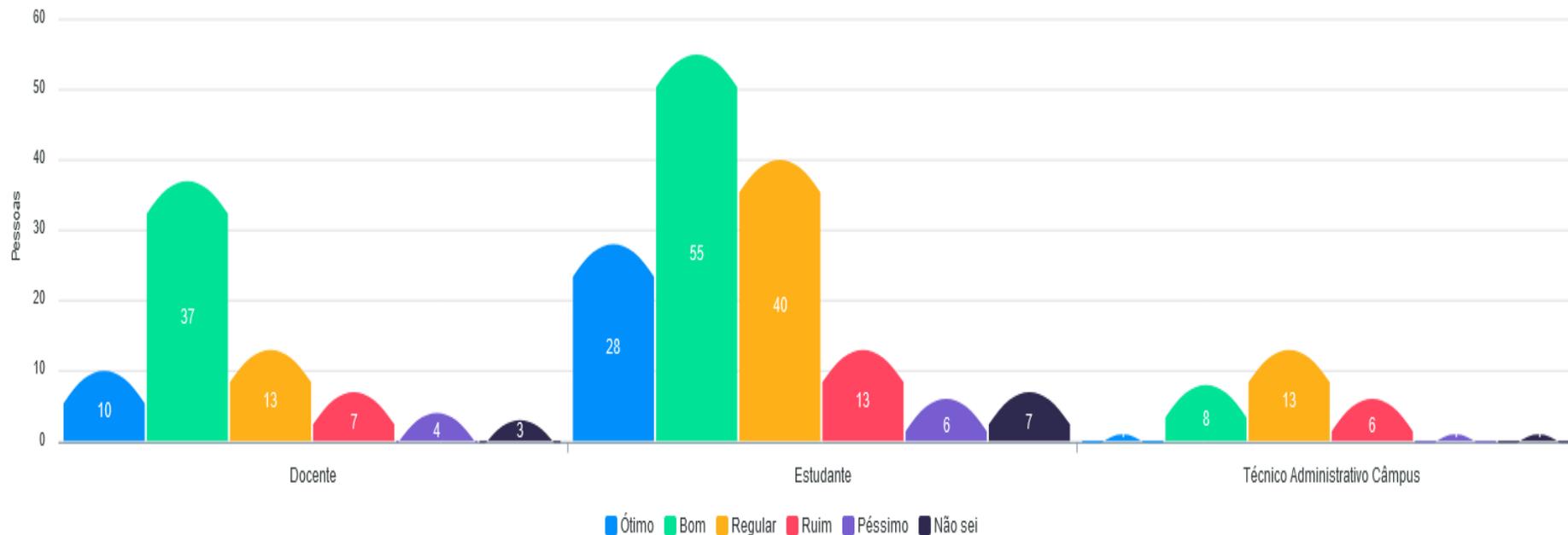
- Apresentação do questionamento realizado na pesquisa de autoavaliação e seu fundamento no PDI, na legislação e em documentos orientadores do MEC/INEP. Análise dos dados quantitativos e indicação do nível de fragilidade e potencialidade dos itens avaliados, por segmento da comunidade acadêmica, bem como pelo indicador da CPA
- Apresentação das principais contribuições, pontos fortes e fragilidades apontadas pela comunidade acadêmica no campo aberto dos questionários, acompanhadas de reflexões da CPA. Apresentação de quadro síntese de propostas de melhorias aos principais pontos críticos da Instituição.
- Indicação de sugestões da CPA a serem consideradas pela Instituição. Conforme estabelecido na metodologia, tem-se como parâmetro para indicar o nível de fragilidade/potencialidade, em cada aspecto avaliado, o percentual de “BOM e ÓTIMO” assinalados pelos respondentes.

5.1 Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional

Dimensão IV - Missão Institucional e PDI

Questão 1: O seu conhecimento sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019-2023) é:

Gráfico 1 - Conhecimento do PDI 2019-2023



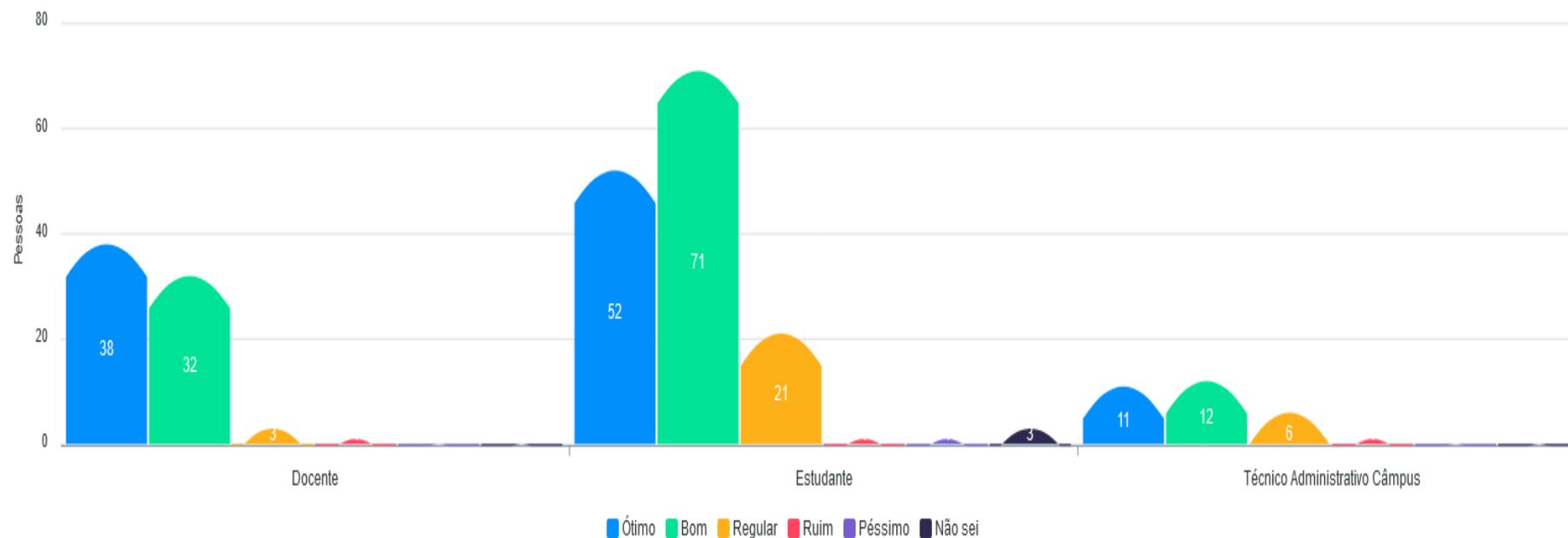
Quadro 11 - Conhecimento do PDI 2019-2023

Segmento	Resposta	Quantidade	Porcentagem
Docente	Ótimo	10	13,5%
	Bom	37	50%
	Regular	13	17,6%
	Ruim	7	9,5%
	Péssimo	4	5,4%
	Não sei	3	4,1%
63,5% / Desenvolver			

Discente	Ótimo	28	18,8%
	Bom	55	36,9%
	Regular	40	26,8%
	Ruim	13	8,7%
	Péssimo	6	4%
	Não sei	7	4,7%
55,7% / Desenvolver			
Técnicos Administrativos	Ótimo	1	3,3%
	Bom	8	26,7%
	Regular	13	43,3%
	Ruim	6	20%
	Péssimo	1	3,3%
	Não sei	1	3,3%
30% / Melhorar			
Total	Ótimo	39	15,4%
	Bom	100	39,5%
	Regular	66	26,1%
	Ruim	26	10,3%
	Péssimo	11	4,3%
	Não sei	11	4,3%
54,9% / Desenvolver			

Questão 2: O seu conhecimento sobre a missão (função social) do IFG é:

Gráfico 2 - Conhecimento da Missão



Quadro 12 - Conhecimento da Missão

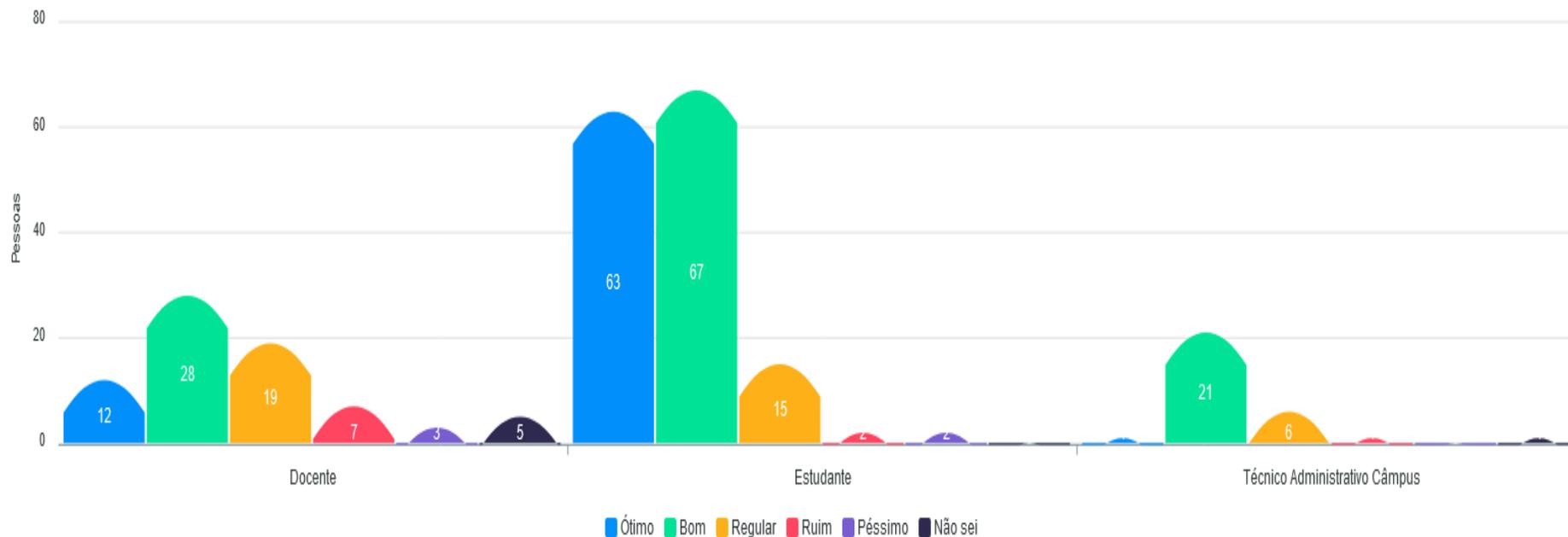
Segmento	Resposta	Quantidade	Porcentagem
Docente	Ótimo	38	51,4%
	Bom	32	43,2%
	Regular	3	4,1%
	Ruim	1	1,4%
	Péssimo	0	0
	Não sei	0	0
94,6% / Manter			
Discente	Ótimo	52	34,9%

	Bom	71	47,7%
	Regular	21	14,1%
	Ruim	1	0,7%
	Péssimo	1	0,7%
	Não sei	3	2%
82,6% / Manter			
Técnicos Administrativos	Ótimo	11	36,7%
	Bom	12	40%
	Regular	6	20%
	Ruim	1	3,3%
	Péssimo	0	0
	Não sei	0	0
76,7% / Manter			
Total	Ótimo	101	39,9%
	Bom	115	45,5%
	Regular	30	11,9%
	Ruim	3	1,2%
	Péssimo	1	0,4%
	Não sei	3	1,2%
85,4% / Manter			

Dimensão III - Responsabilidade Social:

Questão 1: O desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa, extensão e administração, no IFG, voltadas para a preservação do meio ambiente é:

Gráfico 3 - Desenvolvimento de ações voltadas à preservação do meio ambiente



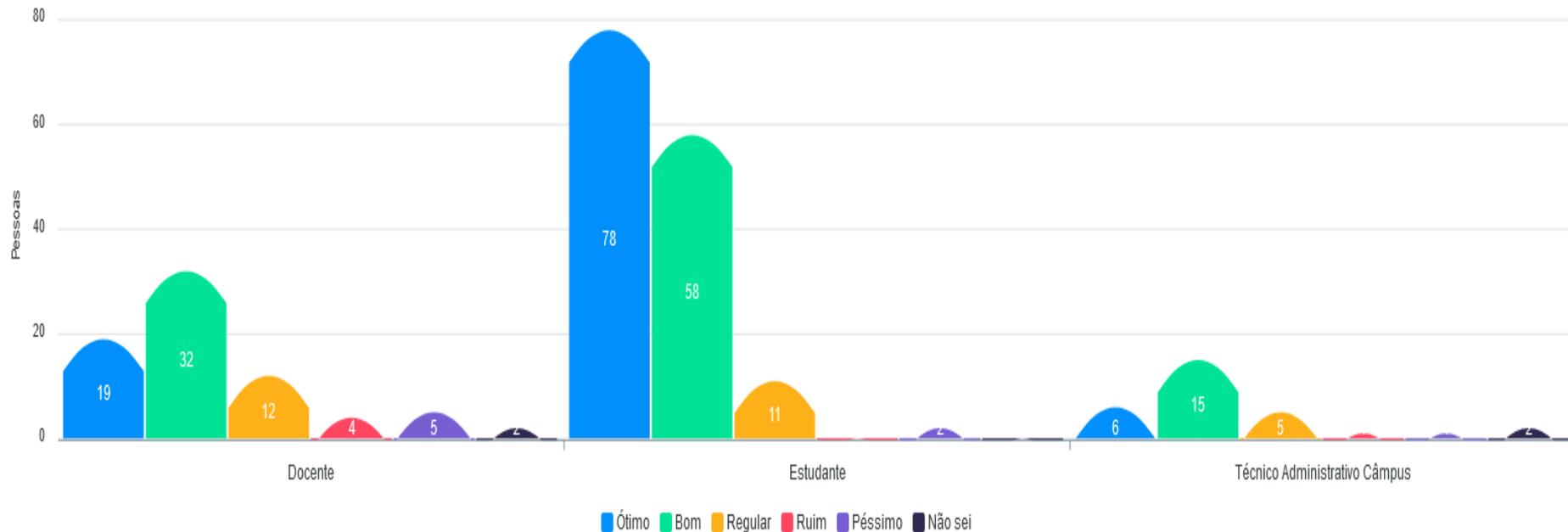
Quadro 13 - Desenvolvimento de ações voltadas à preservação do meio ambiente

Segmento	Resposta	Quantidade	Porcentagem
Docente	Ótimo	12	16,2%
	Bom	28	37,8%
	Regular	19	25,7%
	Ruim	7	9,5%
	Péssimo	3	4,1%
	Não sei	5	6,8%
54,1% / Desenvolver			

Discente	Ótimo	63	42,3%
	Bom	67	45%
	Regular	15	10,1%
	Ruim	2	1,3%
	Péssimo	2	1,3%
	Não sei	0	0
87,2% / Manter			
Técnicos Administrativos	Ótimo	1	3,3%
	Bom	21	70%
	Regular	6	20%
	Ruim	1	3,3%
	Péssimo	0	0
	Não sei	1	3,3%
73,3% / Desenvolver			
Total	Ótimo	76	30,0%
	Bom	116	45,8%
	Regular	40	15,8%
	Ruim	10	4,0%
	Péssimo	5	2,0%
	Não sei	6	2,4%
75,9% / Manter			

Questão 2: O respeito pelas diferenças de gênero, étnicas, religiosas e políticas da comunidade acadêmica no IFG é:

Gráfico 4 - Respeito pelas diferenças



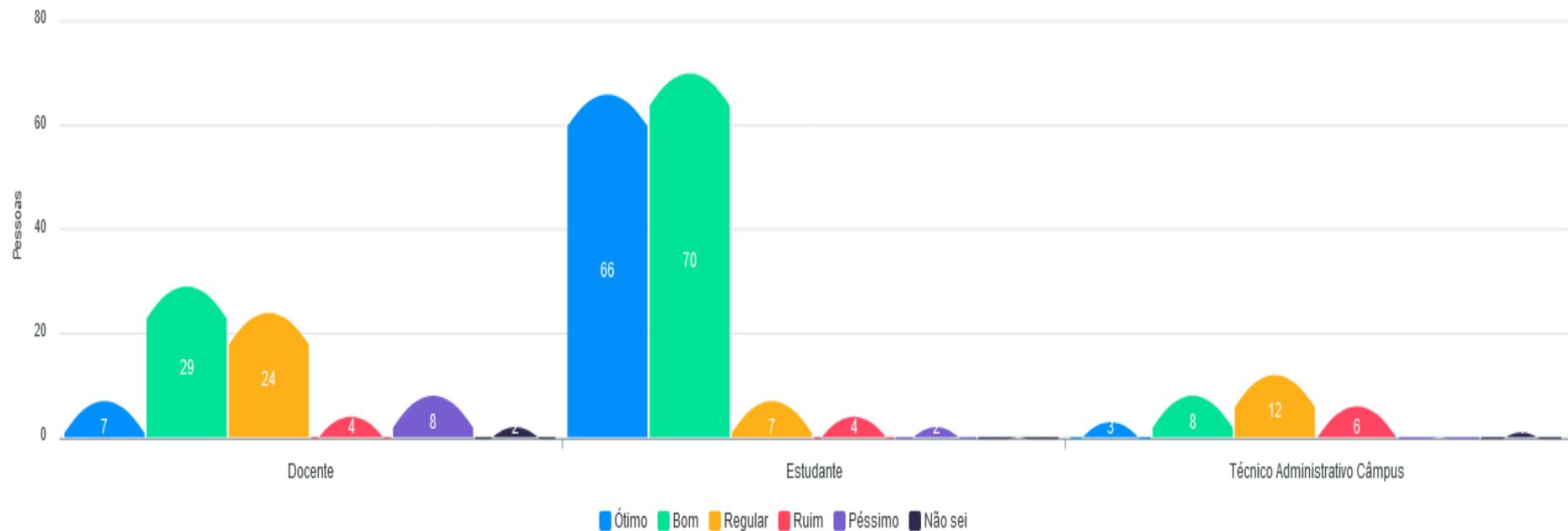
Quadro 14 - Respeito pelas diferenças

Segmento	Resposta	Quantidade	Porcentagem
Docente	Ótimo	19	25,7%
	Bom	32	43,2%
	Regular	12	16,2%
	Ruim	4	5,4%
	Péssimo	5	6,8%
	Não sei	2	2,7%
68,9% / Desenvolver			

Discente	Ótimo	78	52,3%
	Bom	58	39,9%
	Regular	11	7,4%
	Ruim	0	0%
	Péssimo	2	1,3%
	Não sei	0	0
91,3% / Manter			
Técnicos Administrativos	Ótimo	6	20%
	Bom	15	50%
	Regular	5	16,7%
	Ruim	1	3,3%
	Péssimo	1	3,3%
	Não sei	2	6,7%
70% / Desenvolver			
Total	Ótimo	103	40,7%
	Bom	105	41,5%
	Regular	28	11,1%
	Ruim	5	2,0%
	Péssimo	8	3,2%
	Não sei	4	1,6%
82,2% / Manter			

Questão 3: A política de inclusão de pessoas com necessidades educacionais específicas no IFG é:

Gráfico 5 - Política de inclusão



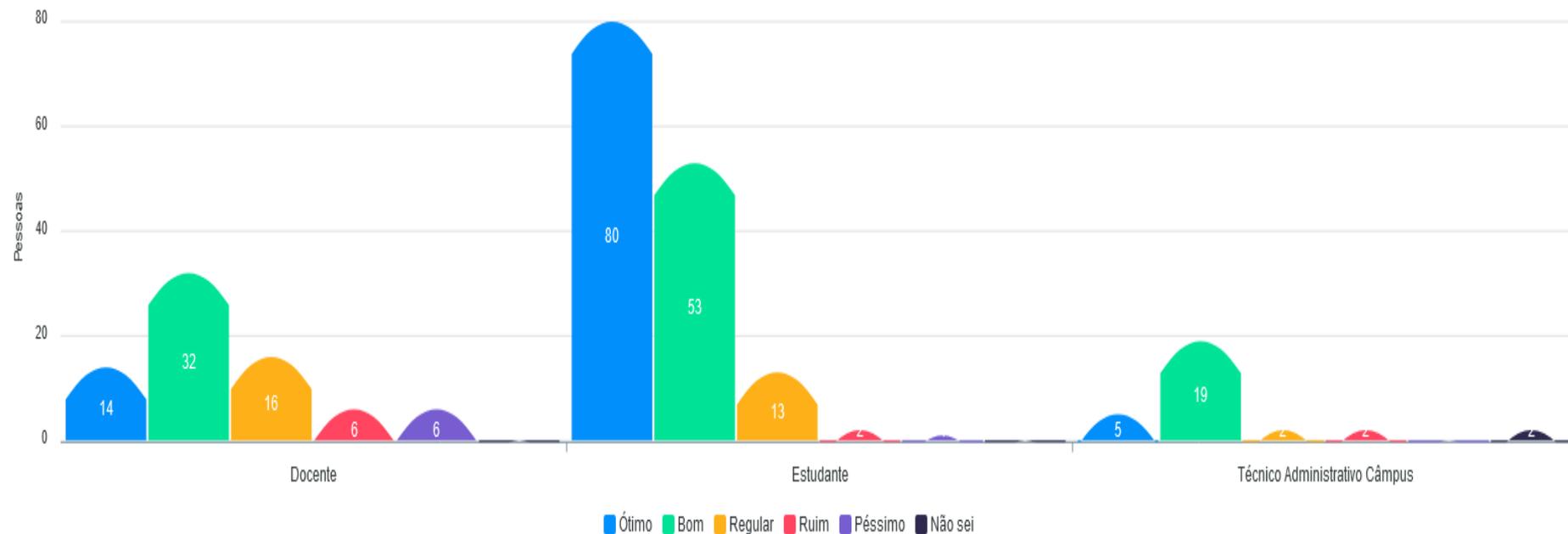
Quadro 15 - Política de inclusão

Segmento	Resposta	Quantidade	Porcentagem
Docente	Ótimo	7	9,5%
	Bom	29	39,2%
	Regular	24	32,4%
	Ruim	4	5,4%
	Péssimo	8	10,8%
	Não sei	2	2,7%
48,6% / Melhorar			

Discente	Ótimo	66	44,3%
	Bom	70	47%
	Regular	7	4,7%
	Ruim	4	2,7%
	Péssimo	2	1,3%
	Não sei	0	0
91,3% / Manter			
Técnicos Administrativos	Ótimo	3	10%
	Bom	8	26,7%
	Regular	12	40%
	Ruim	6	20%
	Péssimo	0	0
	Não sei	1	3,3%
36,7% / Melhorar			
Total	Ótimo	76	30%
	Bom	107	42,3%
	Regular	43	17%
	Ruim	14	5,5%
	Péssimo	10	4%
	Não sei	3	1,2%
72,3% / Desenvolver			

Questão 4: O incentivo à promoção de ações de desenvolvimento científico e tecnológico no IFG é:

Gráfico 6 - Incentivo/promoção ao desenvolvimento científico e tecnológico



Quadro 16 - Incentivo/promoção ao desenvolvimento científico e tecnológico

Segmento	Resposta	Quantidade	Porcentagem
Docente	Ótimo	14	18,9%
	Bom	32	43,2%
	Regular	16	21,6%
	Ruim	6	8,1%
	Péssimo	6	8,1%
	Não sei	0	0
62,2% / Desenvolver			

Discente	Ótimo	80	53,7%
	Bom	53	35,6%
	Regular	13	8,7%
	Ruim	2	1,3%
	Péssimo	1	0,7%
	Não sei	0	0
89,3% / Manter			
Técnicos Administrativos	Ótimo	5	16,7%
	Bom	19	63,3%
	Regular	2	6,7%
	Ruim	2	6,7%
	Péssimo	0	0
	Não sei	2	6,7%
80% / Manter			
Total	Ótimo	99	39,1%
	Bom	104	41,1%
	Regular	31	12,3%
	Ruim	10	4%
	Péssimo	7	2,8%
	Não sei	2	0,8%
80,2% / Manter			

5.1.1 Análise do Eixo 2 - Desenvolvimento Institucional

O Eixo "Desenvolvimento Institucional" é composto por duas dimensões: Dimensão IV: "Missão Institucional e PDI" e Dimensão III: "Responsabilidade Social". Para cada uma dessas dimensões a CPA buscou elaborar questões que avaliassem o conhecimento dos participantes a respeito desses aspectos.

Nas questões referentes à Dimensão IV o objetivo foi medir o nível de conhecimento dos participantes a respeito da Missão e do Plano de Desenvolvimento Institucional vigente. O PDI 2019-2023, aprovado no final de 2018, foi construído por meio de um amplo debate envolvendo todos os segmentos da comunidade acadêmica, e estabelece as metas e objetivos para o período de quatro anos. Em sua Carta de Apresentação o documento já consigna que:

Muito mais que uma ação protocolar, todos esperamos que o PDI 2019/2023 seja um documento de propriedade da comunidade acadêmica, que permita que qualquer pessoa possa acompanhar o cumprimento dos pactos ali firmados[...]

Medir o conhecimento do PDI 2019-2023, portanto, objetiva verificar como a comunidade acadêmica se apropria deste documento, reconhecendo precipuamente, além do seu caráter democrático, a sua natureza de instrumento de promoção da transparência das ações do IFG.

A missão ou função social pode ser compreendida como uma sintetização dos princípios, valores e objetivos defendidos e perseguidos pela instituição, ou pela forma como se posiciona no contexto social em que está inserida. O conhecimento e a compreensão da função social do IFG, por parte da sua comunidade, podem também ser compreendidos como instrumentos de promoção de transparência, pois é a partir daí que pode se verificar se a instituição está guiando suas ações pelos princípios e valores que professa. Daí a importância da sua mensuração.

A Dimensão III abrange, de acordo com o artigo 3.º da Lei 10.861/2004, aspectos relacionados à responsabilidade social da instituição “especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural”, valores que perpassam todo o PDI 2019-2023 e podem facilmente ser encontrados nas metas e objetivos nele estabelecidos. A pesquisa buscou então, medir nos segmentos que compõe a comunidade

acadêmica, a percepção de como as ações político-pedagógicas empreendidas pelo IFG tem procurado ir ao encontro da promoção de tais valores.

Na Dimensão IV, o resultado da pesquisa demonstra que o conhecimento do PDI 2019-2023 ainda é baixo. A indicação geral da comunidade, de acordo com os percentuais obtidos é "Desenvolver", com índice geral de 54,9% de aprovação. Quando comparados separadamente, o segmento Técnico-Administrativo é o que apresenta o menor percentual de avaliação positiva: apenas 30% com a indicação de "Melhorar".

A Missão do IFG, por sua vez, apareceu como um tema mais próximo dos participantes, tendo a questão sobre o seu conhecimento recebido percentuais maiores de avaliação positiva em todos os segmentos. As respostas "Bom" e "Ótimo", considerando os três segmentos, foram equivalentes a 85,4% com a indicação "Manter".

Já na Dimensão III – Responsabilidade Social – todas as questões tiveram percentual de respostas positivas acima de 75% quando considerados todos os segmentos e a indicação "Manter". O destaque de avaliação positiva se dá no segmento Discente, cujo somatório de respostas "Ótimo" e "Bom" se mantém próximo a 90% em todos os aspectos da pesquisa. Entre servidores Docentes e Técnicos Administrativos, quase todos os aspectos recebem avaliação positiva abaixo de 75%, destacando-se a política de inclusão de pessoas com necessidades educacionais específicas, cuja avaliação positiva no segmento TAE é de apenas 36,7%.

A despeito da avaliação positiva em todos os aspectos pesquisados no questionário objetivo, nas respostas subjetivas também foram constatadas manifestações a respeito dos aspectos contidos nesta Dimensão e que algumas delas, ressalte-se, dizem respeito a assuntos sensíveis e que demandam uma atenção especial por parte da instituição. Nos segmentos Discente e Docente foram coletadas as manifestações a seguir.

Quadro 17 - Críticas e Sugestões no Eixo Desenvolvimento Institucional

Docentes	"Quanto ao incentivo às ações de desenvolvimento científico, existe muita burocracia nos processos de parcerias e convênios, o que por vezes impossibilita estas atividades (há casos de desistência dos parceiros por conta da demora\ndificuldade em fechar os acordos)."
----------	---

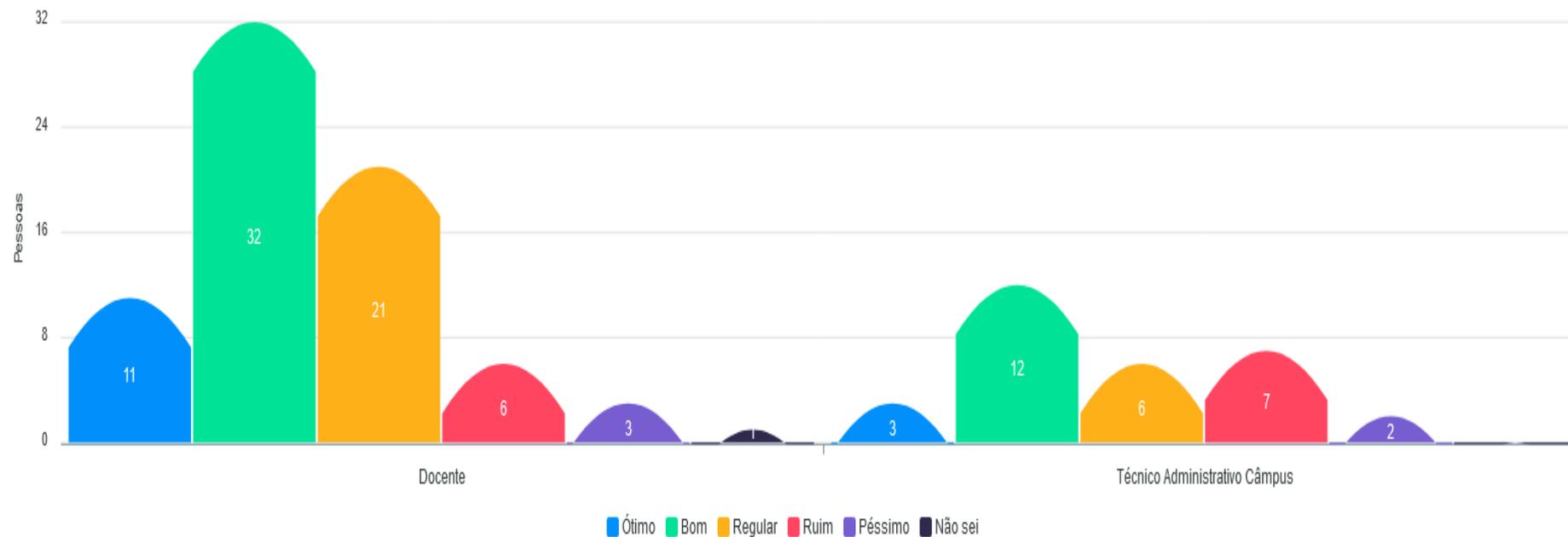
Discentes	<p>“Os alunos têm um pouco de racismo, isto tem que acabar. O racismo é crime.”</p> <p>“Conheço alunos que tem muita dificuldade e necessitam de mais atenção pedagógica.”</p>
-----------	--

5.2 Eixo 4 – Políticas de Gestão

Dimensão V - Políticas de Pessoal

Questão 1: A política de gestão de pessoas no IFG é: (Pergunta respondida apenas pelos Segmentos Docente e Técnico-Administrativo)

Gráfico 7 - Política de Gestão de Pessoas



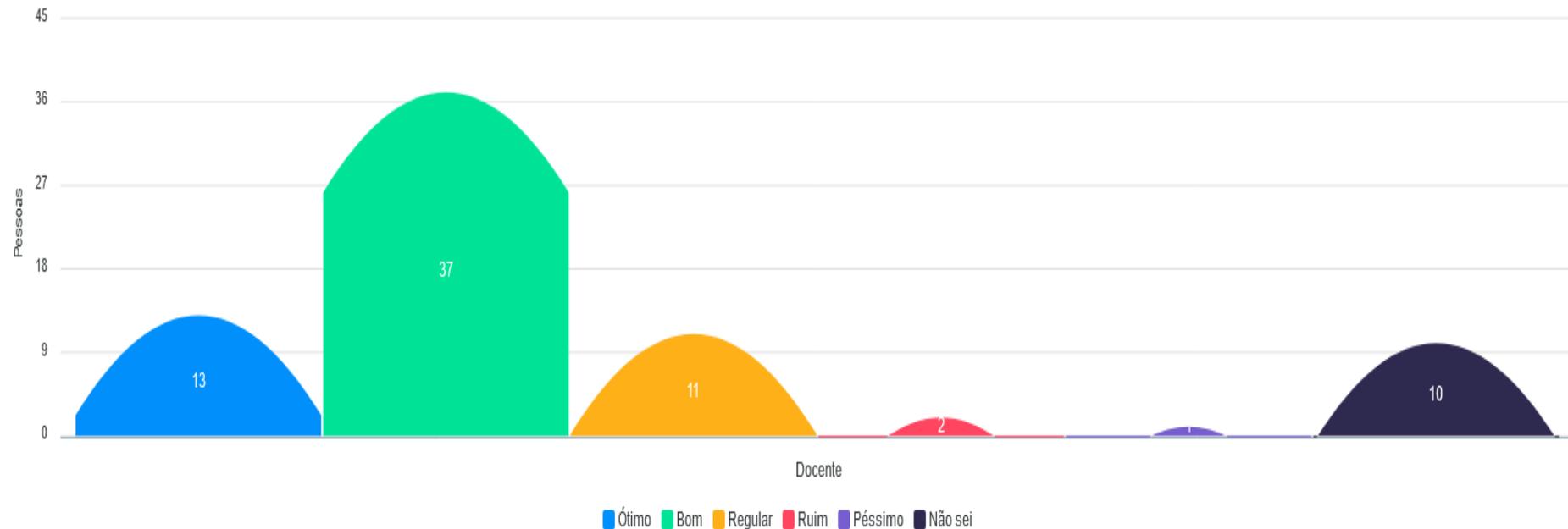
Quadro 18 - Política de Gestão de Pessoas

Segmento	Resposta	Quantidade	Porcentagem
Docente	Ótimo	11	14,9%
	Bom	32	43,2%
	Regular	21	28,4%
	Ruim	6	8,1%
	Péssimo	3	4,1%
	Não sei	1	1,4%

58,1% / Desenvolver			
Técnicos Administrativos	Ótimo	3	10%
	Bom	12	40%
	Regular	6	20%
	Ruim	7	23,3%
	Péssimo	2	6,7%
	Não sei	0	0
50% / Melhorar			
Total	Ótimo	14	13,5%
	Bom	44	42,3%
	Regular	27	26%
	Ruim	13	12,5%
	Péssimo	5	4,8%
	Não sei	1	1%
55,8% / Desenvolver			

Questão 2: A atuação da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) é: (Pergunta respondida apenas pelo segmento Docente)

Gráfico 8 - Atuação da CPPD

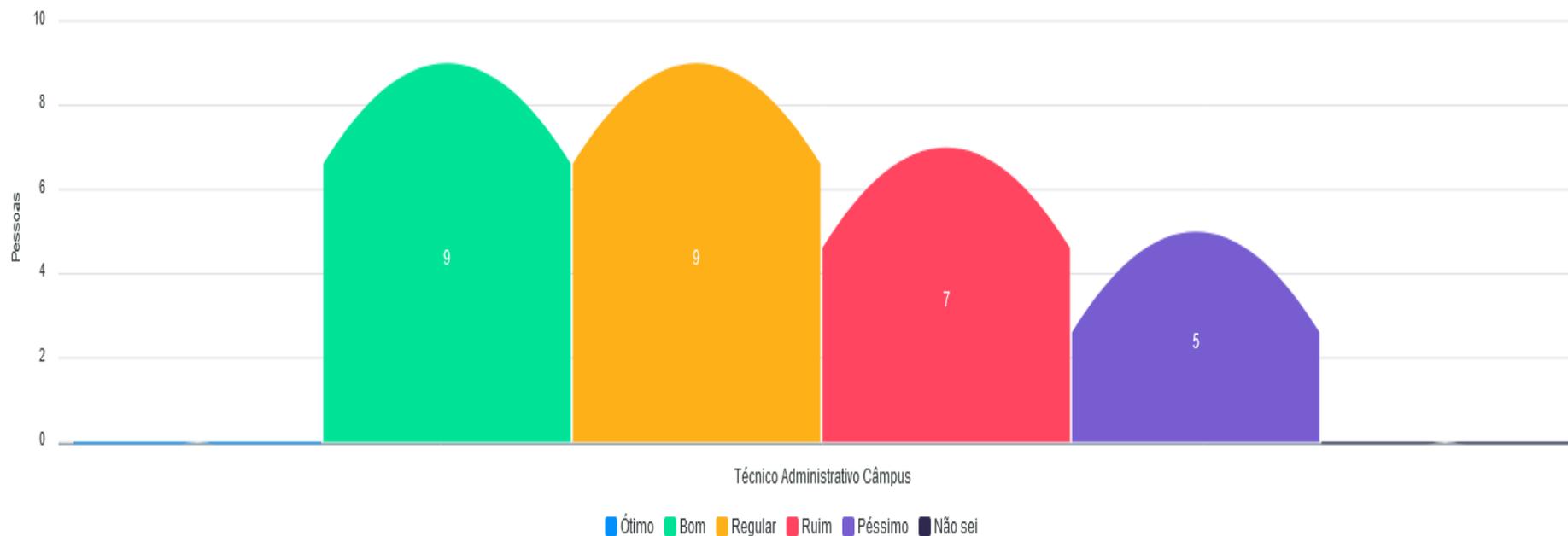


Quadro 19 - Atuação da CPPD

Segmento	Resposta	Quantidade	Porcentagem
Docente	Ótimo	13	17,6%
	Bom	37	50%
	Regular	11	14,9%
	Ruim	2	2,7%
	Péssimo	1	1,4%
	Não sei	10	13,5%
67,6% / Desenvolver			

Questão 3: A política de capacitação para os servidores técnico administrativos no IFG é: (Pergunta respondida apenas pelo segmento Técnicos Administrativos)

Gráfico 9 - Política de capacitação de TAE

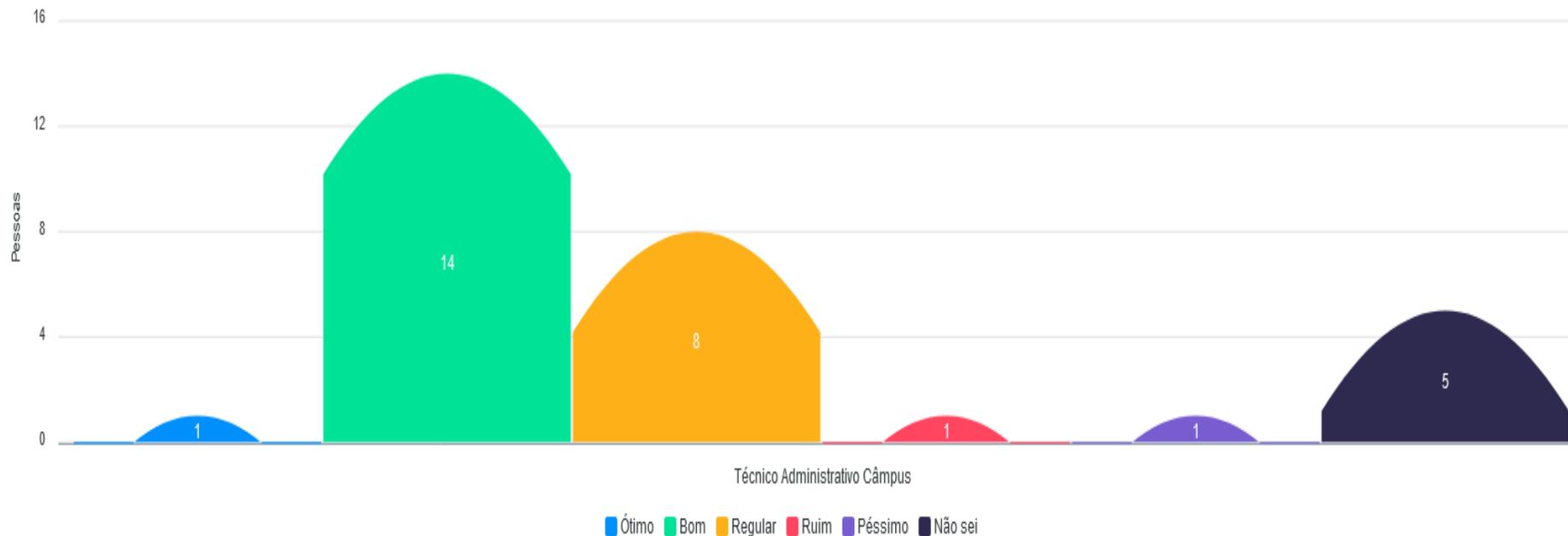


Quadro 20 - Política de capacitação de TAE

Segmento	Resposta	Quantidade	Porcentagem
Técnicos Administrativos	Ótimo	0	0
	Bom	9	30%
	Regular	9	30%
	Ruim	7	23,3%
	Péssimo	5	16,7%
	Não sei	0	0
30 % / Melhorar			

Questão 4: A atuação da Comissão Interna de Supervisão de Carreira é: (Pergunta respondida apenas pelo segmento Técnicos Administrativos)

Gráfico 10 - Atuação da CIS



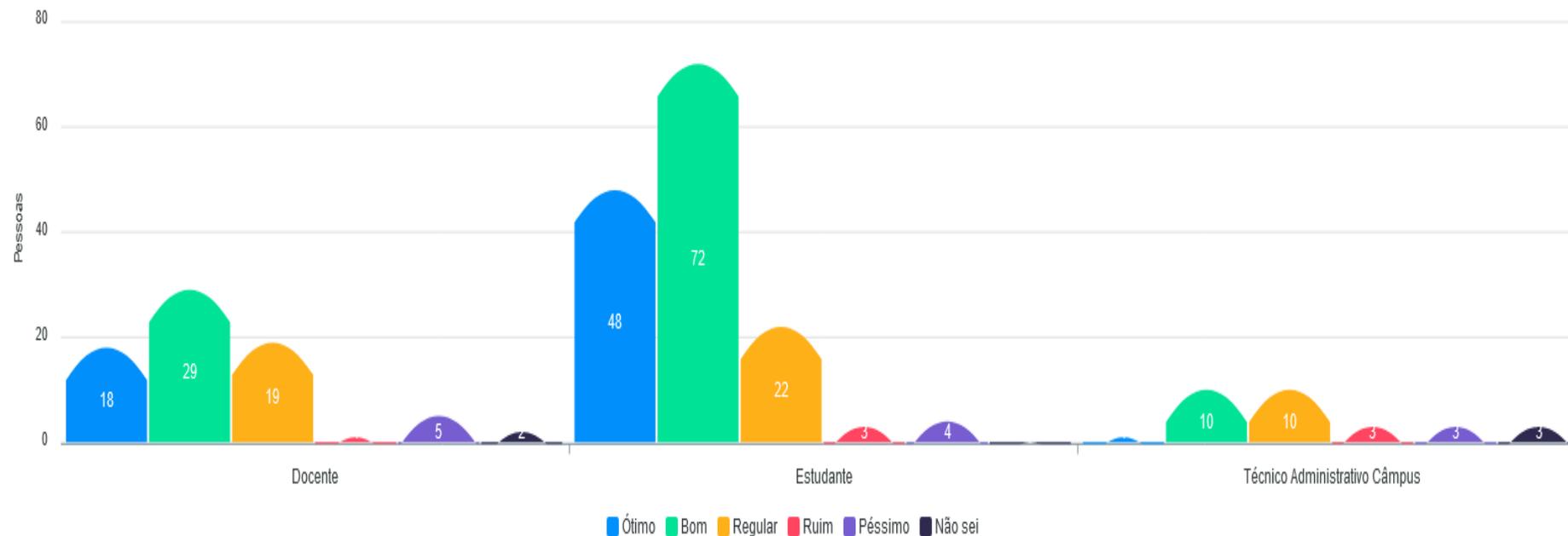
Quadro 21 - Atuação da CIS

Segmento	Resposta	Quantidade	Porcentagem
Técnicos Administrativos	Ótimo	1	3,3%
	Bom	14	46,7%
	Regular	8	26,7%
	Ruim	1	3,3%
	Péssimo	1	3,3%
	Não sei	5	16,7%
50 % / Melhorar			

Dimensão VI - Organização e Gestão da Instituição:

Questão 1: A garantia da participação democrática nas tomadas de decisões nos colegiados do IFG é:

Gráfico 11 - Garantia da participação democrática na tomada de decisões



Quadro 22 - Garantia da participação democrática nas tomadas de decisões

Segmento	Resposta	Quantidade	Porcentagem
Docente	Ótimo	18	24,3%
	Bom	29	39,2%
	Regular	19	25,7%
	Ruim	1	1,4%
	Péssimo	5	6,8%
	Não sei	2	2,7%
63,5% / Desenvolver			

Discente	Ótimo	48	32,2%
	Bom	72	48,3%
	Regular	22	14,8%
	Ruim	3	2%
	Péssimo	4	2,7%
	Não sei	0	0
80,5% / Manter			
Técnicos Administrativos	Ótimo	1	3,3%
	Bom	10	33,3%
	Regular	10	33,3%
	Ruim	3	10%
	Péssimo	3	10%
	Não sei	3	10%
36,7% / Melhorar			
Total	Ótimo	67	26,5%
	Bom	111	43,9%
	Regular	51	20,2%
	Ruim	7	2,8%
	Péssimo	12	4,7%
	Não sei	5	2%
70,4% / Desenvolver			

5.2.1 Análise do Eixo 4 – Políticas de Gestão

O Eixo 4 compreende a Dimensão V – Políticas de Pessoal – e Dimensão VI – Organização e Gestão da Instituição. A primeira dimensão engloba, de acordo com a Lei do Sinaes, "as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho" (Art. 3º, V). Já sobre a Organização e Gestão da Instituição a referida legislação diz tratar-se "especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios" (Art. 3º, VI).

No que tange às Políticas de Pessoal, a pesquisa buscou, dentre outros aspectos, medir a percepção dos servidores a respeito do funcionamento das comissões de acompanhamento de carreira, Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) e no caso dos Técnicos Administrativos, a Comissão Interna de Supervisão de Carreira (CIS). As perguntas desta dimensão foram direcionadas apenas aos segmentos Docentes e Técnico Administrativos.

Na Dimensão VI, a pesquisa procurou medir, em todos os segmentos, a percepção sobre a garantia de participação nas tomadas de decisão nos colegiados do IFG.

A política de gestão de pessoas do IFG recebeu uma avaliação bastante crítica de ambos os segmentos de servidores, sendo que no geral, foi considerada "Ótima" e "Boa" por apenas 55,8% dos respondentes, recebendo a indicação "Desenvolver". A política de capacitação dos Técnicos Administrativos, por sua vez, recebeu apenas 30% de avaliação positiva e a indicação "Melhorar".

A atuação das comissões de supervisão e acompanhamento de carreira também recebeu baixa avaliação positiva; 67,6 % no caso da CPPD e 50% para a CIS, com as respectivas indicações de "Desenvolver" e "Melhorar".

Já a garantia da participação democrática nas tomadas de decisões nos colegiados do IFG, questão referente à Dimensão VI, recebeu avaliação positiva de 70,4% e a indicação de "Desenvolver", quando consideradas as respostas dos três segmentos.

O quadro a seguir apresenta as manifestações coletadas nas respostas subjetivas ou abertas do questionário. Foram identificadas manifestações bastante

contundentes, cuja observação e consideração, por parte dos gestores da instituição, julgamos necessárias.

Quadro 23 - Críticas e Sugestões no Eixo Políticas de Gestão

<p>Docentes</p>	<p>“Para mim, docentes deviriam ficar somente com ensino e pesquisa e extensão e não gestão. Administrativos, deveriam ficar com todos os cargos de gestão, pesquisa e extensão.”</p> <p>“Sugiro que os cargos de gestão sejam para administrativos e, docentes e na sala de aula e pesquisa.”</p> <p>“O IFG pratica uma gestão completamente antidemocrática, uma vez que não há nenhuma preocupação de ser transparente e republicano com a escolha dos servidores que assumem cargos de direção e demais cargos de gestão. A escolha desses sujeitos ocorre pela conveniência do diretor-geral, dos pró-reitores e reitor a partir do exercício do poder centralizador. Nenhum destes está disposto a servir os interesses da comunidade ifgeana, do contrário, estão dispostos e preocupados em apenas atender interesses pessoais, ou seja, é a prática do clientelismo fraterno da forma mais vulgar. É simplesmente lamentável testemunhar esse cenário.”</p>
<p>Técnicos Administrativos</p>	<p>“Não adianta a instituição fazer a democrática pra no final fazer o que quer de acordo com a conveniência do gestor. Dizer em reuniões que a prerrogativa de decisões é do gestor, mas que a gestão quer ser democrática fazendo uma quantidade absurda de consulta à comunidade pra no final ignorar o que foi discutido com a comunidade pra mim soa a hipocrisia.”</p> <p>“A reitoria em conjunto com a PRODIRH centraliza as decisões sobre os TAEs e não aceitam a participação dos mesmos. Ainda que se formem GTs, no fim as decisões são tomadas de acordo com a vontade deles. A gestão local também deixa a desejar uma vez que viabiliza apenas remoções com contrapartida, ou seja, nenhum TAE conseguirá remoção durante esta gestão.”</p> <p>“Com relação à política de gestão de pessoas, mas especificamente os Editais de Remoção, seria necessário modificar o critério de pontuação dos TAEs, tendo em vista que os mesmos também, participam de congressos, publicam artigos, participam de projetos de pesquisa assim como há professores que são coordenadores, ou seja, tanto TAEs como professores desempenham funções comuns a ambos. Também com relação à gestão de pessoas, é necessário que haja uma maior divulgação das mudanças normativas, como por exemplo, o MEMORANDO CIRCULAR 14/2019</p>

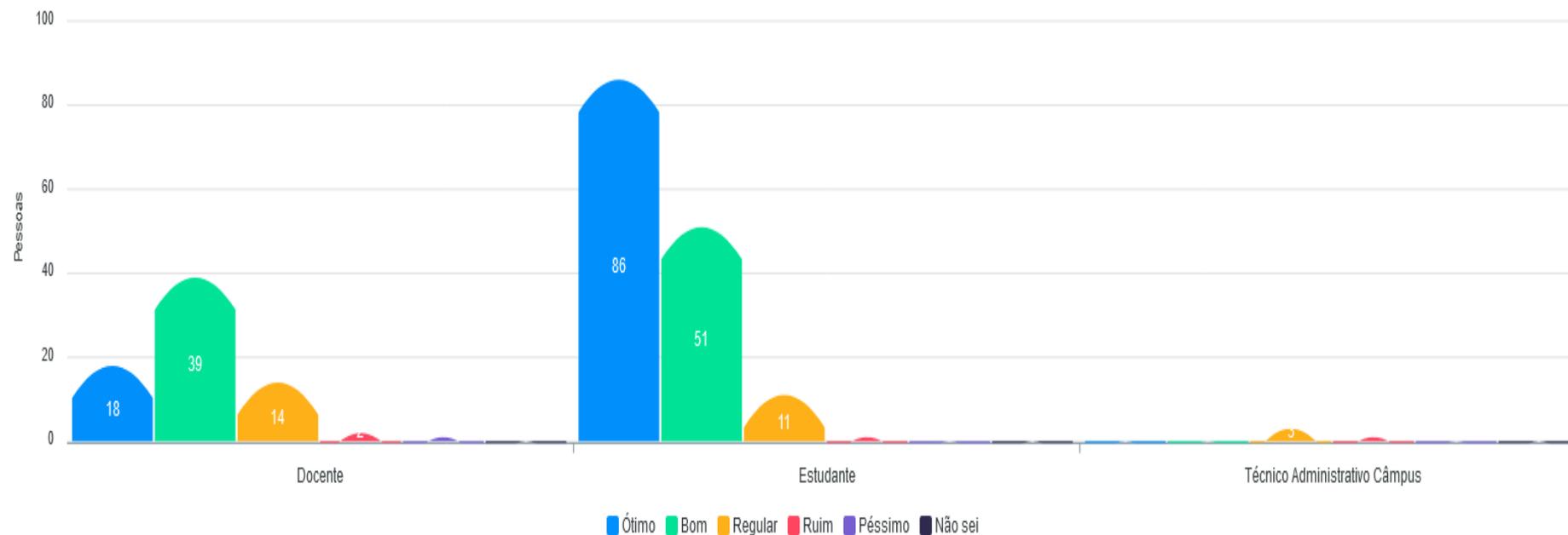
	PRODIRH, que servidores TAEs não tinham conhecimento, inclusive TAEs de outros Câmpus também não tinham conhecimento, divulgar esse tipo de mudanças diretamente no email de todos os servidores, TAEs e professores.”
--	--

5.3 Eixo 5 – Infraestrutura Física

Dimensão VII: Infraestrutura Física

Questão 1: A infraestrutura da biblioteca do IFG é:

Gráfico 12 - - Infraestrutura da biblioteca



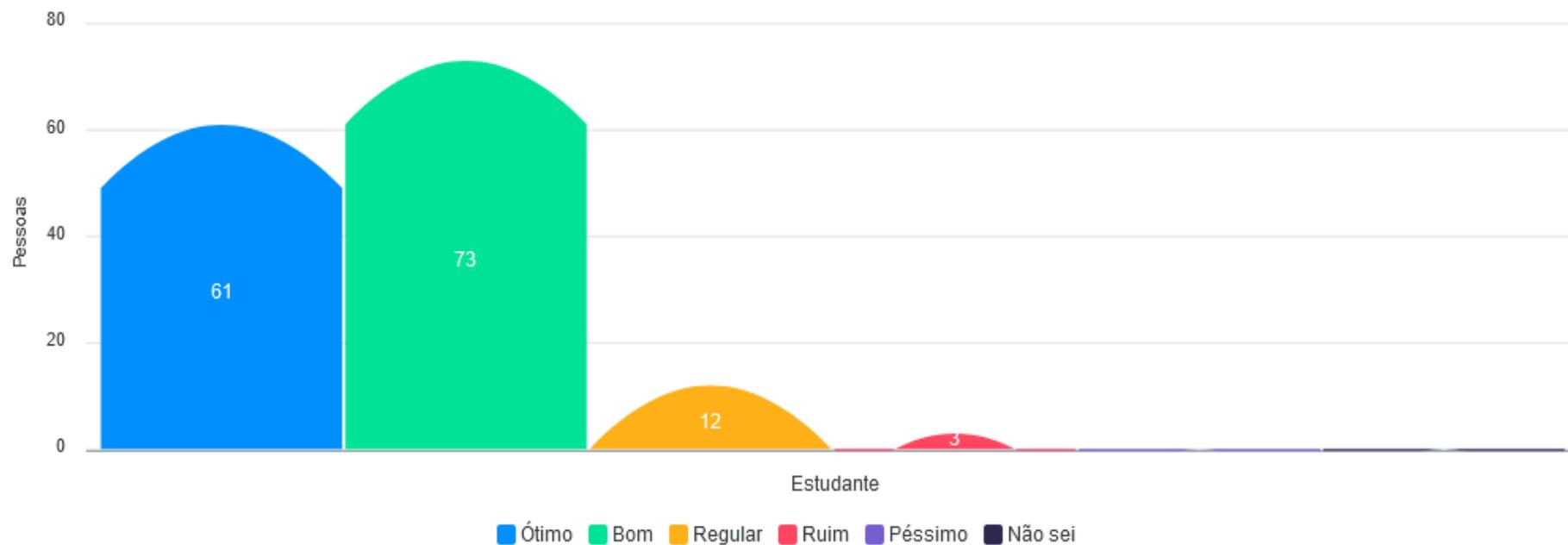
Quadro 24 - Infraestrutura da biblioteca

Segmento	Resposta	Quantidade	Porcentagem
Docente	Ótimo	18	24,3%
	Bom	39	52,7%
	Regular	14	18,9%
	Ruim	2	2,7%
	Péssimo	1	1,4%
	Não sei	0	0
77% / Manter			

Discente	Ótimo	86	57,7%
	Bom	51	34,2%
	Regular	11	7,4%
	Ruim	1	0,7%
	Péssimo	0	0
	Não sei	0	0
91,9% / Manter			
Técnicos Administrativos *Apenas TAEs lotados na Biblioteca	Ótimo	0	0
	Bom	0	0
	Regular	3	75%
	Ruim	1	25%
	Péssimo	0	0
	Não sei	0	0
0 / Sanar			
Total	Ótimo	104	45,8%
	Bom	90	39,6%
	Regular	28	12,3%
	Ruim	4	1,8%
	Péssimo	1	0,4%
	Não sei	0	0
85,5% / Manter			

Questão 2: O acervo da biblioteca voltado para seu curso é: (Pergunta respondida apenas pelo segmento Discente)

Gráfico 13 - Acervo da biblioteca (Estudantes)

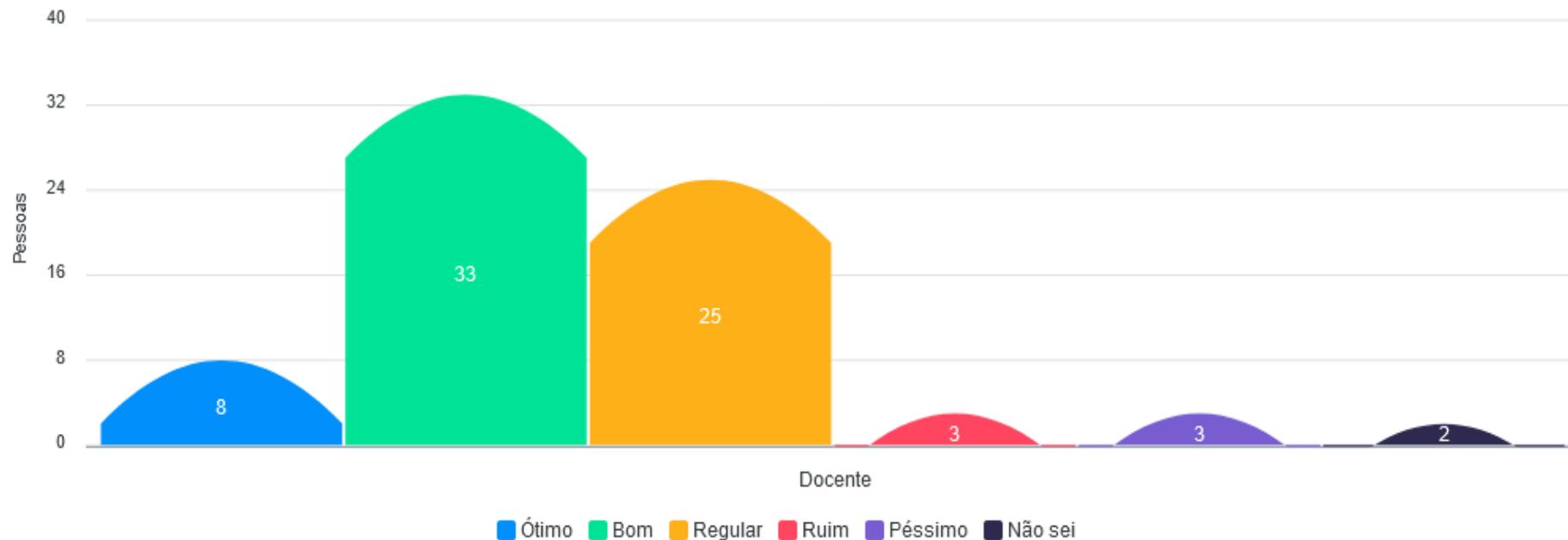


Quadro 25 - Acervo da biblioteca (Discentes)

Segmento	Resposta	Quantidade	Porcentagem
Discentes	Ótimo	61	40,9%
	Bom	73	49%
	Regular	12	8,1%
	Ruim	3	2%
	Péssimo	0	0
	Não sei	0	0
89,9 % / Melhorar			

Questão 3: O acervo da biblioteca voltado para sua área de atuação é: (Pergunta respondida apenas pelo segmento Docente)

Gráfico 14 - Acervo da biblioteca (Docentes)

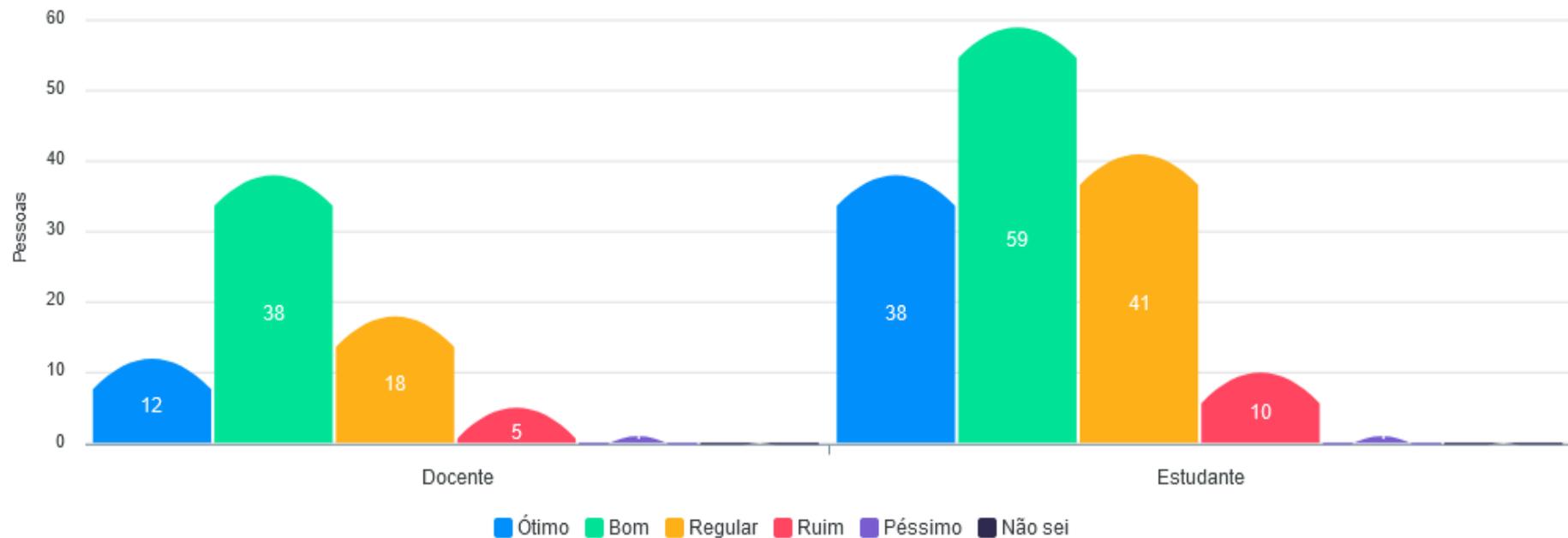


Quadro 26 - Acervo da biblioteca (Docentes)

Segmento	Resposta	Quantidade	Porcentagem
Docente	Ótimo	8	10,8%
	Bom	33	44,6%
	Regular	25	33,8%
	Ruim	3	4,1%
	Péssimo	3	4,1%
	Não sei	2	2,7%
55,4% / Desenvolver			

Questão 4: As condições das salas de aula (dimensão, iluminação, comodidade, recursos didáticos, dentre outros) do IFG são:
(Pergunta respondida apenas pelos segmentos Docente e Discente)

Gráfico 15 - Condições das salas de aula



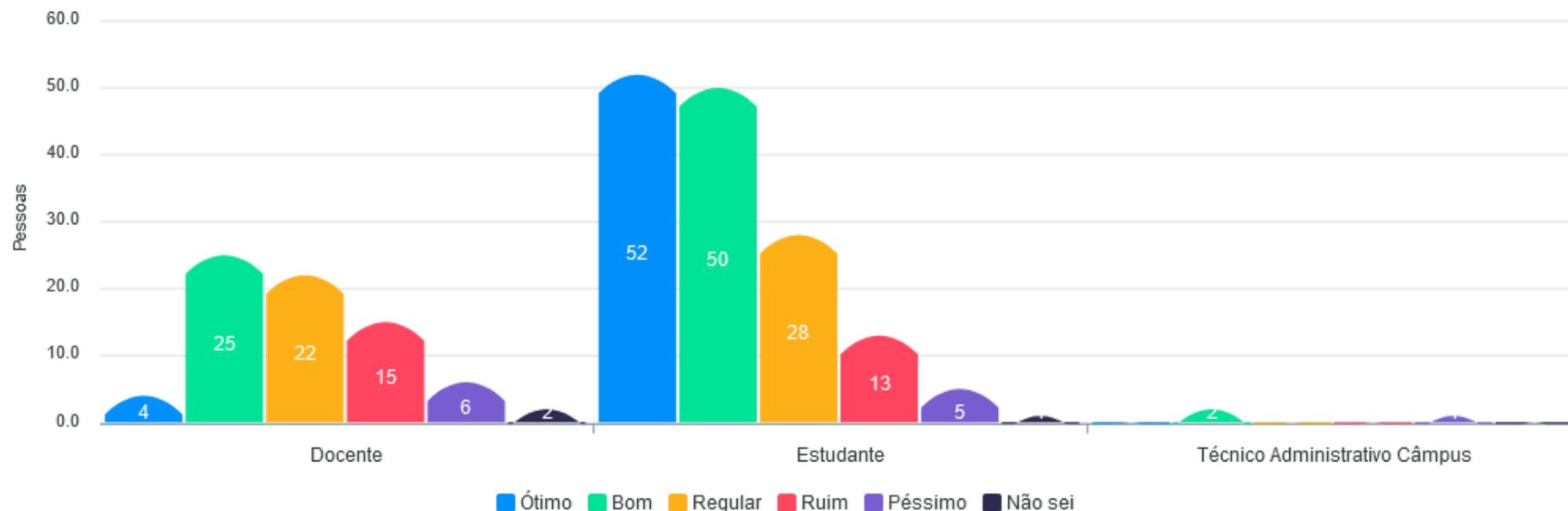
Quadro 27 - Condições das salas de aula

Segmento	Resposta	Quantidade	Porcentagem
Docente	Ótimo	12	16,2%
	Bom	38	51,4%
	Regular	18	24,3%
	Ruim	5	6,8%
	Péssimo	1	1,4%
	Não sei	0	0
67,6% / Desenvolver			

Discente	Ótimo	38	25,5%
	Bom	59	39,6%
	Regular	41	27,5%
	Ruim	10	6,7%
	Péssimo	1	0,7%
	Não sei	0	0
65,1% / Desenvolver			
Total	Ótimo	50	22,4%
	Bom	97	43,5%
	Regular	59	26,5%
	Ruim	15	6,7%
	Péssimo	2	0,9%
	Não sei	0	0
65,9% / Desenvolver			

Questão 5: A forma como os laboratórios didáticos, necessários para sua área de atuação ou curso, atendem as demandas de ensino, pesquisa e extensão (considere estrutura e insumos) é:

Gráfico 16 - Condições dos laboratórios



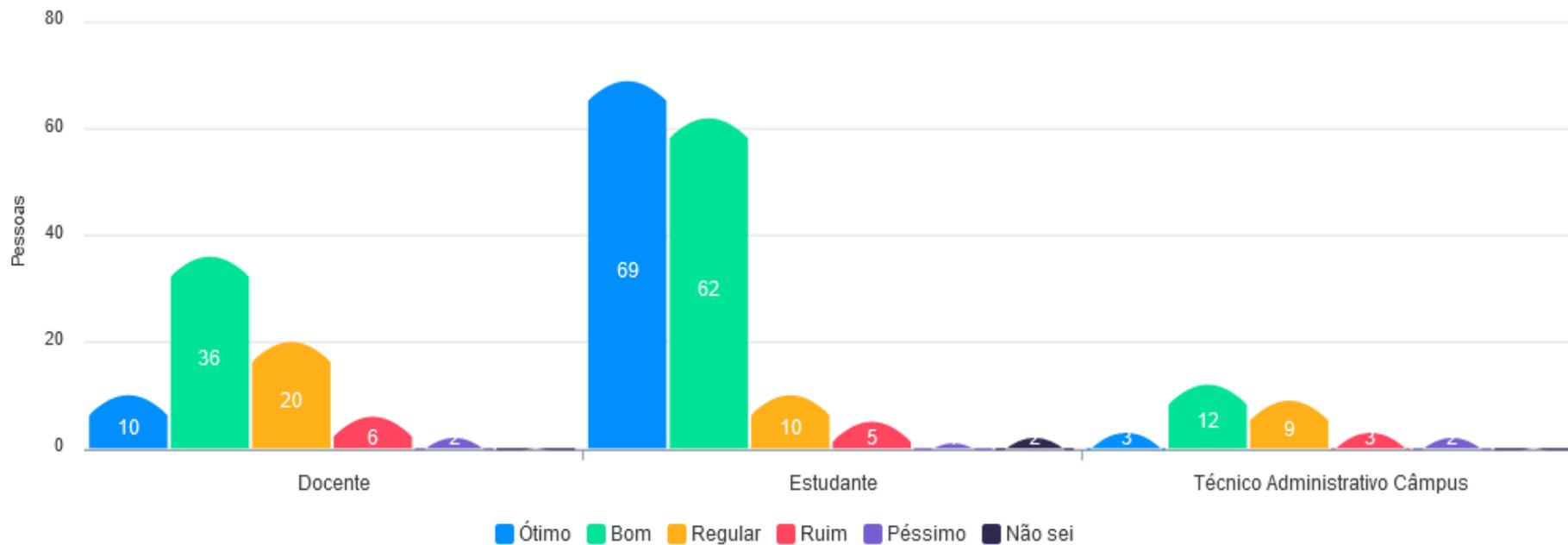
Quadro 28 - Condições dos laboratórios

Segmento	Resposta	Quantidade	Porcentagem
Docente	Ótimo	4	5,4%
	Bom	25	33,8%
	Regular	22	29,7%
	Ruim	15	20,3%
	Péssimo	6	8,1%
	Não sei	2	2,7%
39,2% / Melhorar			

Discente	Ótimo	52	34,9%
	Bom	50	33,6%
	Regular	28	18,8%
	Ruim	13	8,7%
	Péssimo	5	3,4%
	Não sei	1	0,7%
68,5% / Desenvolver			
Técnicos Administrativos *Apenas TAEs lotados nos laboratórios	Ótimo	0	0
	Bom	2	66,7%
	Regular	0	0
	Ruim	0	0
	Péssimo	1	33,3%
	Não sei	0	0
66,7% / Desenvolver			
Total	Ótimo	56	24,8%
	Bom	77	34,1%
	Regular	50	22,1%
	Ruim	28	12,4%
	Péssimo	12	5,3%
	Não sei	3	1,3%
58,8% / Desenvolver			

Questão 6: A acessibilidade para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida no IFG é:

Gráfico 17 - Condições de acessibilidade



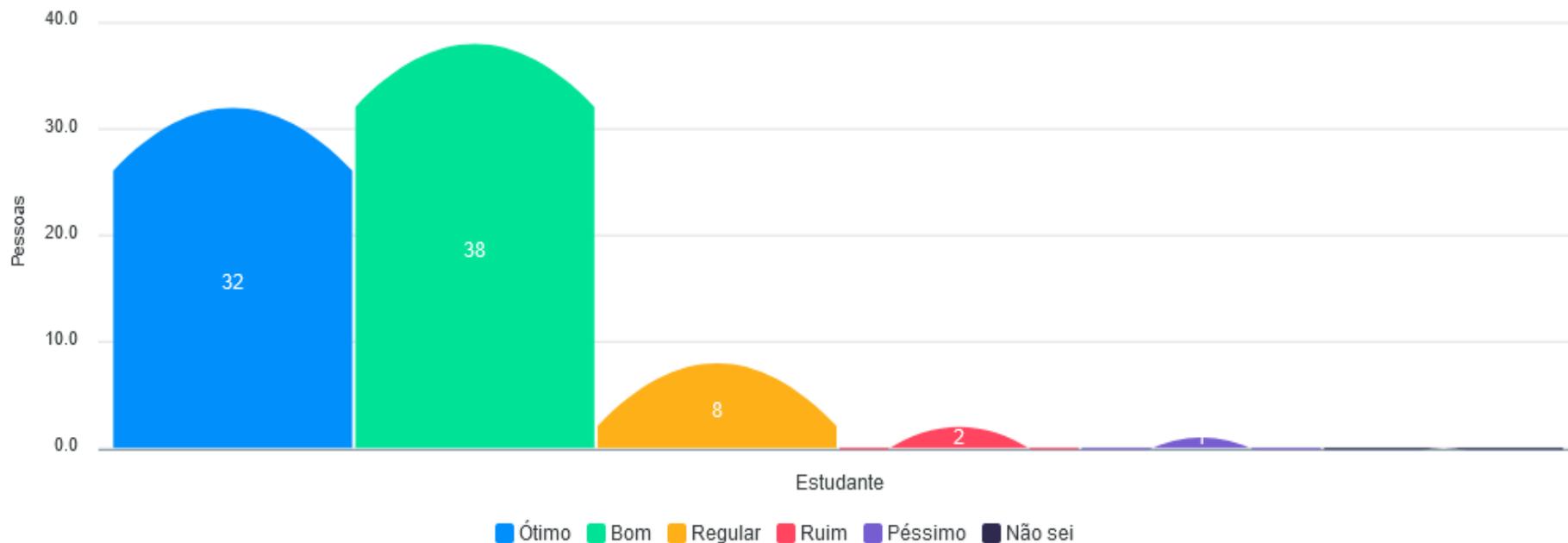
Quadro 29 - Condições de acessibilidade

Segmento	Resposta	Quantidade	Porcentagem
Docente	Ótimo	10	13,5%
	Bom	36	48,6%
	Regular	20	27%
	Ruim	6	8,1%
	Péssimo	2	2,7%
	Não sei	0	0
62,2% / Desenvolver			

Discente	Ótimo	69	46,3%
	Bom	62	41,6%
	Regular	10	6,7%
	Ruim	5	3,4%
	Péssimo	1	0,7%
	Não sei	2	1,3%
87,9% / Manter			
Técnicos Administrativos	Ótimo	3	10,3%
	Bom	12	41,4%
	Regular	9	31%
	Ruim	3	10,3%
	Péssimo	2	6,9%
	Não sei	0	0
51,7% / Desenvolver			
Total	Ótimo	82	32,5%
	Bom	110	43,7%
	Regular	39	15,5%
	Ruim	14	5,6%
	Péssimo	5	2%
	Não sei	2	0,8%
76,2% / Manter			

Questão 7: As áreas de convivência para estudantes nos Câmpus é: (Pergunta respondida apenas pelo segmento Discente)

Gráfico 18 - Áreas de convivência para estudantes

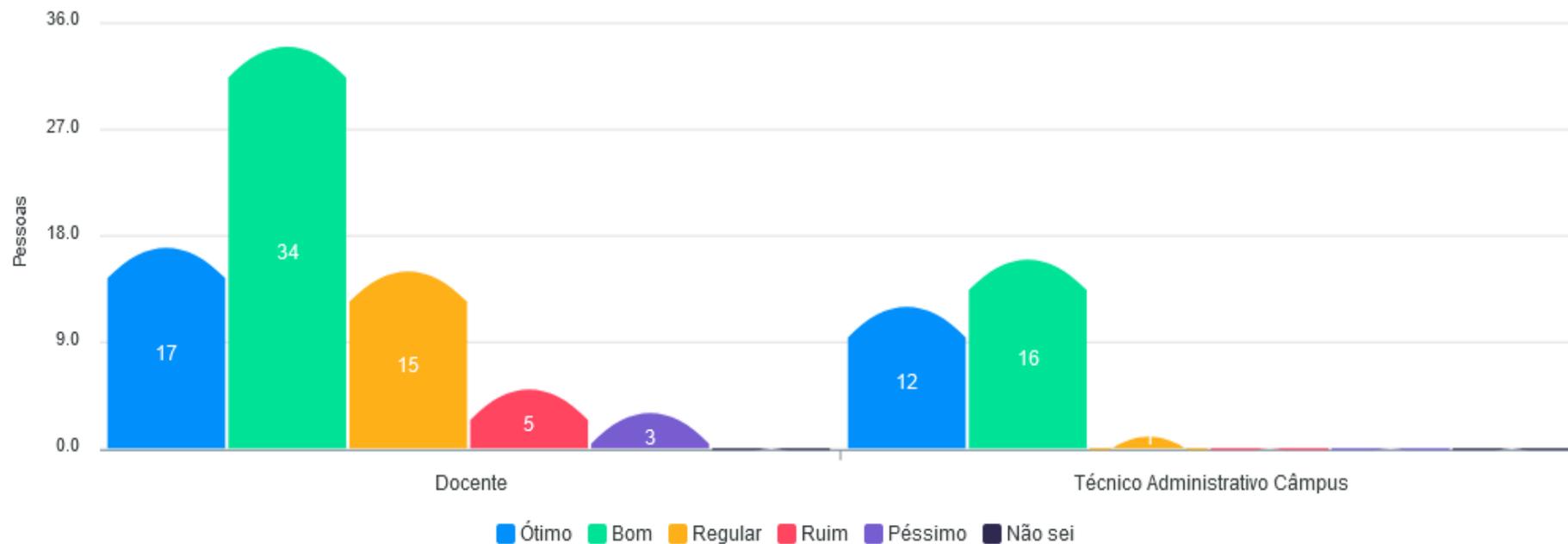


Quadro 30 - Áreas de convivência para Estudantes

Segmento	Resposta	Quantidade	Porcentagem
Discentes	Ótimo	32	39,5%
	Bom	38	46,9%
	Regular	8	9,9%
	Ruim	2	2,5%
	Péssimo	1	1,2
	Não sei	0	0
86,4 % / Manter			

Questão 8: As áreas de convivência para os servidores no IFG são: (Pergunta respondida apenas pelos segmentos Docente e Técnicos Administrativos)

Gráfico 19 - Áreas de convivência para servidores



Quadro 31 - Áreas de convivência para servidores

Segmento	Resposta	Quantidade	Porcentagem
Docente	Ótimo	17	23%
	Bom	34	45,9%
	Regular	15	20,3%
	Ruim	5	6,8%
	Péssimo	3	4,1%
	Não sei	0	0
68,9% / Desenvolver			

Técnicos Administrativos	Ótimo	12	41,4%
	Bom	16	55,2%
	Regular	1	3,4%
	Ruim	0	0
	Péssimo	0	0
	Não sei	0	0
96,6% / Manter			
Total	Ótimo	29	28,2%
	Bom	50	48,5%
	Regular	16	15,5%
	Ruim	5	4,9%
	Péssimo	3	2,9%
	Não sei	0	0
76,7% / Manter			

5.3.1 Análise do Eixo 5 – Infraestrutura Física

O Eixo V compreende apenas a Dimensão VII – Infraestrutura – e, de acordo com a Lei 10.861/2004, especialmente a infraestrutura de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação. Diante disso, a pesquisa deu ênfase a questões sobre a infraestrutura da Biblioteca, das salas de aula, laboratórios, aspectos relacionados à acessibilidade e às áreas de convivência de estudantes e servidores.

A infraestrutura da Biblioteca recebeu uma avaliação positiva de 85,5% nos três segmentos. Destaca-se a avaliação positiva no segmento Discente de 91,9%; já no segmento Técnicos Administrativos, a questão foi respondida apenas pelos servidores lotados no setor, e não se observa nenhuma avaliação “Ótimo” e “Bom”. Também é bastante positiva a avaliação que os estudantes fazem do acervo bibliográfico e a forma como ele atende às necessidades do seu curso: 89,9% de respostas positivas e a indicação de “Manter”. Já entre os Docentes, o acervo bibliográfico foi avaliado como “Bom” e “Ótimo” por apenas 55,4% dos respondentes e recebeu a indicação “Desenvolver”.

As condições das salas de aula foram avaliadas por estudantes e professores de forma bastante parecida, com os percentuais de respostas positivas de 67,6% e 58,1% respectivamente; quando observados os segmentos em conjunto a avaliação positiva foi de 65,9% e, nos três casos, a indicação de é “Desenvolver”.

A questão seguinte perguntou sobre a forma como os laboratórios, considerando infraestrutura e insumos atendem às demandas de ensino, pesquisa e extensão em cada área de atuação ou curso. No conjunto, a avaliação positiva foi de 58,8% com a avaliação “Desenvolver”. O segmento Docente deu a menor avaliação positiva para este aspecto: 39,2% e a indicação “Melhorar”. Entre estudantes e Técnicos Administrativos, a avaliação positiva foi de 68,5% e 66,7% respectivamente com a indicação de “Desenvolver”.

A acessibilidade das instalações do câmpus para pessoas com mobilidade reduzida recebeu, no geral, a avaliação positiva de 76,2% dos respondentes. Quando olhados separadamente, a melhor avaliação foi no segmento Discente (87,9% - Manter) seguida pelos Docentes (62,2% - Desenvolver) e, em último lugar, os Técnicos Administrativos (51,7%-Desenvolver).

As áreas de convivência para os estudantes foram avaliadas positivamente por 86,4% do segmento e receberam a indicação “Manter”. Entre os servidores, as repostas “Ótimo” e “Bom” foram de 68,9% entre os Discentes e de 96,6% entre os Técnicos Administrativos. Nos dois segmentos a indicação foi “Manter”, com avaliação positiva de 76,7%.

Nas respostas subjetivas, a infraestrutura foi um dos aspectos mais citados nos três segmentos conforme a transcrição a seguir:

Quadro 32 - Críticas e Sugestões no Eixo Infraestrutura

<p>Docentes</p>	<p>“O IFG poderia, por favor, organizar e priorizar, assim que possível, salas para os professores, para que cada professor tenha sua mesa e armário. Pode ser separado por área. Nesse aspecto o IFG deixa a desejar e muito.”</p> <p>“Quanto a acessibilidade, apesar de existirem rampas de acesso, as mesmas são muito íngremes, o que impede o acesso sem apoio aos cadeirantes. Os acessos às salas e laboratórios tem degraus (apesar de baixos) que dificultam o acesso, os banheiros com sanitários acessíveis estão com vazamentos sobre os sanitários. Quanto aos laboratórios didáticos, os aparelhos de ar-condicionado estão com defeito em 3/4 dos laboratórios, a rede elétrica é insuficiente em número de tomadas e em capacidade (é comum apagões nos laboratórios).”</p>
<p>Discentes</p>	<p>“A minha sugestão seria ter uma cantina, isso é muito necessário.”</p> <p>“Coisas do dia a dia que precisam ter atenção, como os banheiros (arrumar as descargas, vazamento nos sanitários que faz infiltração no chão, assim como as torneiras e portas dos box); Cortinas nos laboratórios para usar o projetor e melhora dos equipamentos, assim como arrumar os aparelhos de ar-condicionado; Arrumar as tomadas tanto dos laboratórios quanto das salas e em torno do instituto.”</p> <p>“Sem insumos para análises de laboratórios, deixa as aulas mais vagas e sem expectativa.”</p> <p>“Vários dos laboratórios de informática se encontram com máquinas totalmente defasadas, impossibilitando a realização de qualquer projeto que utilize alguma tecnologia atual. Dentre vários outros problemas, este é de longe o mais crítico para um curso voltado para área de tecnologia.”</p> <p>“Em questão das salas, acho que poderia ter conserto dos ventiladores que não funcionam.”</p> <p>“A segurança entrada dos alunos tinha que ser melhorada.”</p> <p>“Quando chove alaga tudo, aula em laboratórios nunca tem nada, os alunos que têm que pagar para ter aula de laboratório, iluminação das salas não e com luz branca clara, turma da noite dá sonolência, época do calor ventilador não refresca nada, banheiros vivem alagados [...]”</p> <p>“Em relação à estrutura das salas de aula falta ar-condicionado, pois os alunos têm dificuldades de prestar atenção nas aulas devido não suportar o calor. Isso tem atingido não somente os alunos, mas também professores, dificultando seu ambiente de trabalho.”</p> <p>“Falta ar-condicionado nas salas de aula; alunos e professores não suportam o calor.”</p>

	<p>“Para o meu curso, Bacharelado em Sistemas de Informação, as condições das salas são ruins, por conter cadeiras, computadores e periféricos quebrados.”</p> <p>“Precisamos da sala de teatro”</p> <p>“Acho que as salas poderiam ser, melhores.”</p> <p>“Melhorar a segurança.”</p>
Técnicos Administrativos	<p>“Laboratório de biologia é pouco aproveitado, falta de técnico específico da área; laboratório miniusina poderia ser utilizado para cursos de extensão em processamento de bebidas; treinamento e / ou curso para o uso de equipamento defumador no laboratório de carnes.”</p> <p>“A estrutura da biblioteca no câmpus não atende a todos os requisitos de acessibilidade. Apesar disso, a comunidade acadêmica não prioriza a biblioteca como um espaço a ser ampliado ou reformado para garantir mais acessibilidade nem tampouco para garantir a expansão do acervo que só cresce a cada dia.”</p>

6 DESAFIOS PARA OS PRÓXIMOS PROCESSOS DE AUTOAVALIAÇÃO

Um dos grandes desafios que sempre deve ser enfrentado pela CPA é conseguir levar à comunidade acadêmica a correta compreensão do processo de autoavaliação, da sua finalidade e seu escopo. Ainda é comum, no segmento Discente por exemplo, que respondentes utilizem o espaço de respostas abertas para manifestar a respeito de conduta Docente, ou das dificuldades enfrentadas no atendimento em um setor específico do Câmpus. Mesmo entre os servidores Docentes e Técnicos Administrativos se observa manifestações que, certamente, seria mais adequado fossem direcionadas a outros canais de atendimento como, por exemplo, a Ouvidoria do IFG.

Um outro grande desafio que permanece ao longo do tempo é mobilizar, de forma efetiva, a participação da comunidade acadêmica nos processos de autoavaliação. Apesar do número de participantes ter aumentado nos últimos anos, no segmento Técnico Administrativo a participação ainda continua sendo bastante aquém do que poderia ser, tendo inclusive sofrido uma redução de quase 20% em relação à pesquisa anterior.

Torna-se imprescindível, portanto, a continuidade dos trabalhos de conscientização e de compreensão do que é o processo da autoavaliação, da sua importância como instrumento de manifestação democrática, como um importante canal à disposição da comunidade acadêmica, que lhe possibilita influenciar as decisões da gestão. Mas também das suas limitações enquanto canal de manifestação de insatisfações específicas para as quais existem instrumentos e canais próprios como a Avaliação Docente, a Ouvidoria, dentre outros.

Em relação ao questionário de 2019 e à sua aplicação, conforme relatamos na seção em que tratamos da população e do número de participantes, observou-se que o número de respondentes no segmento Docente foi maior do que o número de membros efetivos da população no Câmpus Inhumas. Apesar de julgarmos que esta ocorrência foi pouco relevante no âmbito do presente relatório, consideramos que este é um problema sério e que, dependendo da sua magnitude, pode comprometer ou minar a credibilidade de todo o relatório. Desta forma, a partir da análise feita na referida seção a qual remetemos o leitor, acreditamos que a CPA Central deve estudar meios ou mecanismos para evitar que tal problema venha a se repetir. Além disso,

apresentamos no quadro a seguir as manifestações da comunidade a respeito do questionário:

Quadro 33 - Críticas e Sugestões sobre o questionário

Docentes	<p>“Sugere-se acrescentar um aspecto para avaliar a política institucional acerca da formação continuada em serviço e trabalho docente.”</p> <p>“O questionário ficou muito bom. Versa sobre questões objetivas e de grande relevância para que o IFG possa avançar.”</p>
Técnicos Administrativos	<p>“A avaliação de uma instituição tão complexa como o IFG é certamente um grande desafio. Gostaria de sugerir algumas reflexões sobre as perguntas. Algumas perguntas dependem da compreensão do respondente sobre os conceitos citados e isso pode fragilizar as respostas; perguntas que se assemelham a um teste, podem aumentar a tendência do respondente em se colocar de forma mais positiva, gerando uma distorção nas respostas.”</p>

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior –SINAES e dá outras providências. Disponível no endereço http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm, acesso em outubro e novembro de 2020.

_____, **Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível no endereço http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm, acesso em outubro e novembro de 2020.

CONSELHO SUPERIOR DO IFG, **Resolução nº 06, de 31 de março de 2014**. Regulamenta a Comissão Própria de Avaliação – CPA. Disponível no endereço <http://ifg.edu.br/attachments/article/209/resolucao062014.pdf>, acesso em outubro e novembro de 2020.

_____, **Resolução nº 38, de 25 de novembro de 2019**. Aprova o Regulamento da Comissão Própria de Avaliação – CPA. Disponível no endereço <http://ifg.edu.br/attachments/article/209/Resolu%C3%A7%C3%A3o%2038%202019.pdf>, acesso em outubro e novembro de 2020.

INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS, **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023**. 27 de dezembro de 2018. Disponível no endereço http://ifg.edu.br/attachments/article/11546/PDI_IFG_2019_2023.pdf, acesso em outubro e novembro de 2020.

_____, **Relatório de Autoavaliação Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (Ano Referência 2019)**. Maio de 2020. Disponível no endereço http://cpa.bcc.anapolis.ifg.edu.br/download/RELATORIO_COMISSAO_PROPRIA_D E_AVALIACAO_IFG_2019.pdf, acesso em outubro e novembro de 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP), **Relatório de curso - Licenciatura em Química do Instituto Federal de Goiás – Câmpus Inhumas**. Agosto de 2018. Disponível em <http://enade.inep.gov.br/enade/#!/relatorioCursos>, acesso em outubro e novembro de 2020.

_____, **Relatório de curso - Sistemas de Informação do Instituto Federal de Goiás – Câmpus Inhumas**. Agosto de 2018. Disponível em <http://enade.inep.gov.br/enade/#!/relatorioCursos>, acesso em outubro e novembro de 2020.

_____, **Relatório de IES – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - Inhumas**. Agosto de 2018. Disponível em <http://enade.inep.gov.br/enade/#!/relatorioCursos>, acesso em outubro e novembro de 2020.